

BB DTVM

Demonstrações

Contábeis

Exercício 2020



BANCO DO BRASIL



Sumário

Mensagem do Diretor-Presidente	3
Destaques 2020	4
A Empresa	5
Governança Corporativa	5
Desempenho Econômico Financeiro	6
Ações Estratégicas	8
<i>Premiações</i>	8
<i>Certificações</i>	8
<i>Novos Produtos</i>	9
Sustentabilidade	9
Gestão de Riscos	11
<i>Risco de Mercado</i>	11
<i>Risco de Liquidez</i>	11
<i>Risco de Crédito</i>	11
<i>Riscos Corporativos</i>	12
Agradecimentos	13



Mensagem do Diretor-Presidente

Embora o ano de 2020 tenha trazido inúmeros desafios, nossos números mostram o compromisso que temos para com nossos clientes. Seguimos crescendo nosso patrimônio líquido gerido, entregando rentabilidade aliada a um desejo contínuo de proporcionar a nossos investidores uma experiência personalizada no que diz respeito à gestão de seus recursos. No contexto da pandemia, buscamos preservar a saúde de todos os nossos colaboradores, readequando nossas atividades para o trabalho remoto, mas mantendo a mesma excelência do presencial. Além disso, procuramos fortalecer ainda mais nossa comunicação, trazendo, através das redes sociais, muito conteúdo sobre fundos de investimento, além de outros temas como, por exemplo, os critérios ASG (ambientais, sociais e de governança corporativa).

Mas não paramos por aí. Num contexto de menor patamar histórico da Selic, estamos, constantemente, revisitando nossos produtos, a fim de gerar maior eficiência. Desta forma, conjugamos a alta especialização de nossos colaboradores a inovações tecnológicas, otimizando nosso portfólio com opções de maior valor agregado. E tudo isso, observando as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para 2021, mantemos nosso compromisso de aperfeiçoar nossa gestão, com foco em nossos clientes, de forma a retribuir toda confiança e preferência em nós depositadas.

Tenho a satisfação de compartilhar com vocês o nosso relatório de administração 2020.

Boa leitura a todos!

Aroldo Salgado de Medeiros Filho
Presidente da BB DTVM



Destaques 2020

CAPITAL FINANCEIRO	2020	2019
Lucro Líquido	R\$ 1.545,0 MM	R\$ 1.377,8 MM
Margem Operacional ¹	88,50%	89,28%
Índice de Eficiência ²	4,73%	5,02%
Ativos sob gestão (<i>market share</i>) – Ranking ANBIMA	20,18%	20,04%
CAPITAL HUMANO	2020	2019
Índice de satisfação – Pesquisa GPTW (<i>Great Place to Work</i>) ³	77	--
Investimento em pessoal (Treinamento)	R\$ 1,1 MM	R\$ 1,0 MM
SUSTENTABILIDADE	2020	2019
Ativos sob cobertura ASG	R\$ 3.146,1 MM	R\$ 1.799,4 MM

¹ Margem Operacional – fórmula: Resultado Operacional / Receitas de Prestação de Serviços.

² Índice de Eficiência – fórmula: Despesas Administrativas / (Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Receitas de Prestação de Serviços + Outras Receitas Operacionais + Outras Despesas Operacionais).

³ Pesquisa iniciada em 2020.



A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2020, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas.

Somos líderes desde 1994 na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o Ranking da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Contamos com uma equipe de 292 profissionais (dotação em 31.12.2020) de alto nível de qualificação e comprometimento, e estruturamos fundos de investimento destinados aos diversos segmentos de investidores.

No Ranking Global de Administração da ANBIMA de dezembro de 2020, registramos um patrimônio líquido sob administração de R\$ 1.177,1 bilhões e 23,39% de participação de mercado.

Na Gestão de Recursos de Terceiros, destacamo-nos como a maior gestora do país, registrando volume total de R\$ 1.173,3 bilhões e *market share* de 20,18%, conforme Ranking de Gestão da ANBIMA de dezembro/2020.

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, gerimos e administramos R\$ 62,5 bilhões em fundos Extramercado.

Deste modo, encerramos o ano de 2020 com um crescimento de 11,48% no volume administrado de recursos de terceiros, em relação ao encerramento de 2019 (R\$ 1.055,9 bilhões).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Enquanto subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adotamos as melhores práticas de governança. Possuímos Conselho de Administração próprio, com participação de membros independentes e representante dos empregados, e nossa Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Respeitamos a segregação de atividades conforme prescrito pela Comissão de Valores Mobiliários. Possuímos, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão e utilizamos, por compartilhamento, a estrutura de Auditoria Interna do BB S.A.

Por decisões das Assembleias Gerais de Acionista de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderimos aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e de Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN nº 3.198/2004, CMN nº 3.921/2010, Decreto nº 8.945/2016 e CMN nº 4.557/2017, respectivamente.

Adotamos o modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, e contamos com comitês internos de instâncias deliberativas. Acreditamos que decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades. Dentre os comitês, destacamos o Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos que visa identificar e analisar riscos e definir ações de controle e monitoramento, o que reduz a probabilidade de que um evento negativo impacte os objetivos da BB DTVM.

Nosso compromisso com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador, é reforçado por meio da adoção das boas práticas de governança e monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos nossos negócios e atividades, incluindo as políticas da empresa. Desde 2010 participamos do PRI e, em 2016, aderimos, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – *Stewardship*.



A Estratégia Corporativa da BB Gestão de Recursos DTVM S/A, para o período 2020-2024, está alinhada à Estratégia Corporativa do Banco do Brasil. O Mapa Estratégico representa as perspectivas que valorizamos, e a dimensão Sustentabilidade permeia todos os objetivos estratégicos da companhia.

Em 2019, atingimos a nota máxima no Indicador de Governança IG-Sest, atestando o Nível 1 de qualidade de governança da empresa.

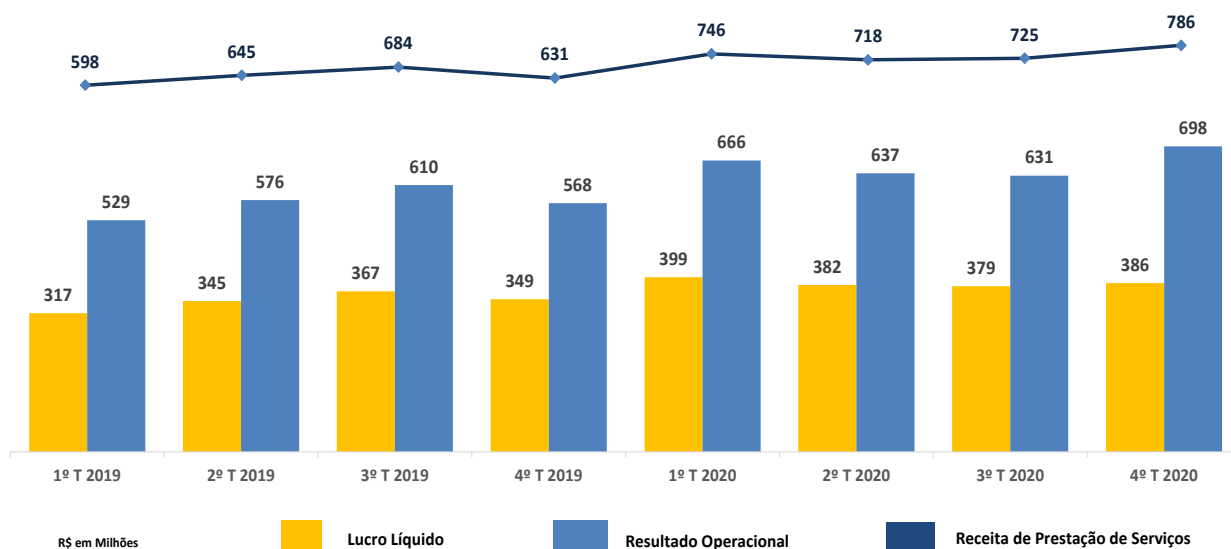
Em 2020, mantemos nosso compromisso com o fortalecimento da governança da BB DTVM, destacando a responsabilidade socioambiental, conformidade, transparência e prestação de contas. Foram aprovadas ou revisadas no presente ano pelo Conselho de Administração: (i) Gerenciamento de Risco Operacional; (ii) Gestão da Continuidade de Negócios da BB DTVM; (iii) Gestão de Risco de Estratégia; (iv) Gestão de Riscos de Reputação; (v) Identificação de Clientes da BB DTVM; (vi) Indicação e Sucessão de Administradores (Adesão à Política do BB); (vii) Política de Privacidade para o site BB S.A.; (viii) Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Banco do Brasil; (ix) Relacionamento da BB DTVM com Fornecedores; (x) Responsabilidade Socioambiental; (xi) Risco Legal; (xii) Segurança da Informação e Cibernética; (xiii) Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e de Serviços (Adesão à política do BB); (xiv) Transações com Partes Relacionadas; (xv) Gestão de Risco de Crédito da Carteira Própria, Gestão de Risco de Mercado dos Recursos da Carteira Própria da BB DTVM e Risco de Liquidez dos Recursos da Carteira Própria; (xvi) Investimento dos Recursos Próprio; (xvii) Gerenciamento de Risco de Crédito, abrangendo Risco de Crédito da Contraparte (RCC) e de Concentração, em Fundos de Investimento sob a Gestão da BB DTVM; e (xviii) Gestão de Risco de Mercado e de Liquidez da BB DTVM para Fundos da BB DTVM para FI e Carteiras Administradas.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Embora o ano de 2020 tenha sido marcado por uma crise sem precedentes, procuramos transformá-la em grandes oportunidades, aliando o comprometimento e a expertise de nossos colaboradores às inovações tecnológicas, de forma a atingir nosso principal compromisso: a busca constante pela entrega do melhor resultado para nossos investidores. Desta forma, finalizamos o ano com crescimento em nossos principais indicadores, conforme nossos destaques abaixo.

Encerramos o exercício de 2020 com lucro líquido de R\$ 1.545,0 milhões, resultado 12,1% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O nosso resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 2.632,1 milhões, contra R\$ 2.283,2 milhões no ano anterior, com incremento de 15,3%.

O lucro líquido corresponde à soma dos resultados operacional e não operacional da empresa, após o desconto de impostos e participações nos lucros. O resultado operacional representa aquilo que a empresa lucrou com suas atividades de gestão e administração de recursos de terceiros, já deduzidas as despesas tributárias, administrativas e outras despesas operacionais.





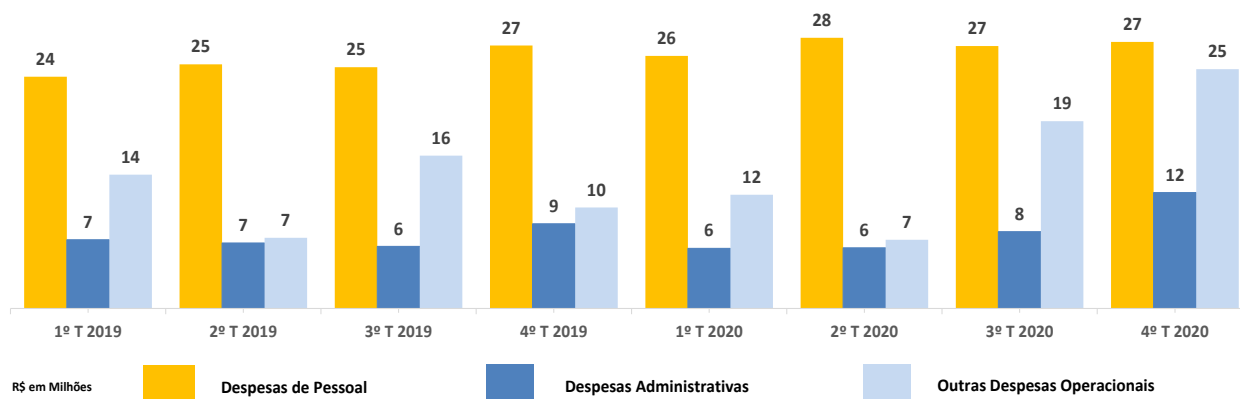
As nossas receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias acumuladas em 2020 totalizaram R\$ 2.974,3 milhões, contra R\$ 2.557,4 milhões no ano anterior, um aumento de 16,3%, devido, principalmente, ao incremento em nosso patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), resultante da variação do valor dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras e da captação de recursos, além de operações com empresas integrantes do conglomerado financeiro liderado pelo Banco do Brasil.

As despesas operacionais da empresa envolvem gastos com a manutenção de sua estrutura administrativa, a remuneração dos funcionários, entre outros dispêndios relacionados às suas operações.

O crescimento das despesas operacionais, na ordem de R\$ 26,3 milhões, representou um incremento de 14,8% em relação a 2019, decorrente, principalmente, do incremento:

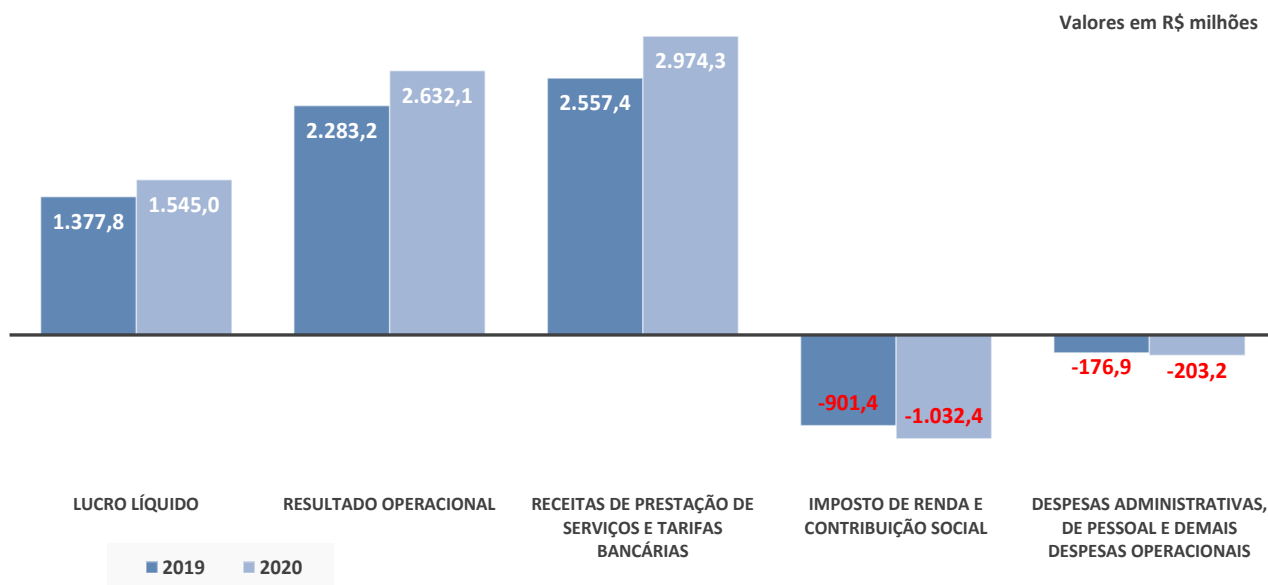
- R\$ 11,2 milhões nas despesas com Patrocínio a Cultura;
- R\$ 8,3 milhões nas despesas com aprovisionamentos e ajustes patrimoniais, sobretudo em função de constituição de provisões de Passivos Contingentes no valor de R\$ 10,9 milhões, ora revertida nas Outras Receitas Operacionais com a adesão ao programa Concilia Rio; e
- R\$ 7,4 milhões nas despesas de pessoal, em função do aumento salarial decorrente da negociação coletiva ocorrida em setembro e à elevação da contribuição patronal à Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI), em virtude da aprovação de seu novo Estatuto, para cumprimento da Resolução CGPAR nº 23.

No gráfico a seguir, temos a composição de nossas despesas operacionais:



O volume total de nossas despesas administrativas e operacionais, frente à evolução das nossas receitas resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas de pessoal e outras despesas administrativas, e as receitas operacionais, deduzidas das outras despesas operacionais, passando de 5,02% em dezembro/2019 para 4,73% para o mesmo período de 2020.

O gráfico abaixo apresenta os principais componentes do resultado dos exercícios de 2019 e 2020:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2020 como “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o ano de 2020, destacamos:

- Realizamos as ações de capacitação e apoio à força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em incremento de captação em diversos segmentos;
- Investimos continuamente em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos colaboradores, proporcionando ações educacionais *lifelong learning*, que contribuem para melhorar a experiência do funcionário, refletindo em maior eficiência e melhores resultados para a empresa. Em 2020, todos os funcionários receberam alguma capacitação, entre elas: cursos externos de conhecimentos técnico e competências comportamentais, especialmente gerenciais; bolsas de pós-graduação e mestrado, além de palestras e workshops com uma combinação de conteúdos práticos e teóricos. Houve a indução pela capacitação em temas relacionados à Agilidade e Inovação. Atualmente, contamos com 229 profissionais CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA Série 20); 26 profissionais CEA (Certificação para Especialista em Investimento Anbima); 93 profissionais CGA (Certificação de Gestores Anbima); 34 profissionais certificados em CFP (Certified Financial Planner); 3 profissionais CFA (Chartered Financial Analyst); e 1 profissional FRM (Financial Risk Management).
- Participamos ativamente de eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e para clientes e potenciais clientes institucionais, com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas;
- Realizamos eventos exclusivos com clientes de diversos segmentos com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos, criar uma experiência positiva e agradável para estes clientes e oferecer soluções em fundos de investimento adequadas às suas necessidades e expectativas;
- Na distribuição por Conta e Ordem, pela qual iniciamos a comercialização de nossos fundos através de corretoras e plataformas de investimento em 2019, terminamos o ano de 2020 com 5 parcerias de distribuição ativas: BTG Digital, Easyinvest, Modal Mais, Necton e Ativa, e 6 fundos de investimento sendo distribuídos nestes canais.



PREMIAÇÕES:

- a) Ranking Exame – Onde Investir 2020 – Revista Exame (Edição 1201– 22/01/2020) – Melhor gestor de Fundos Renda Fixa;
- b) Ranking Melhor Banco para Investir – IstoÉ Dinheiro (Edição 1157 - Fevereiro/2020) – 2º Colocado na categoria Ações;
- c) Melhores Fundos para Institucionais – Revista Investidor Institucional (Edição 323 – Março/2020) – 20 fundos de investimento considerados Excelentes;
- d) TOP Asset – Revista Investidor Institucional (Edição 324 – Abril/2020) – Melhor Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta, Exclusivos e FIDC.
- e) Melhores Fundos para Institucionais – Revista Investidor Institucional (Edição 328 – Agosto/2020) – 30 fundos de investimento considerados Excelentes;
- f) TOP Asset – Revista Investidor Institucional (Edição 329 – Setembro/2020) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta, Fundos Exclusivos e FIDC.

CERTIFICAÇÕES:

- a) Desde 2006, possuímos o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco *Moody's* América Latina. Em janeiro de 2020, a *Moody's* revalidou sua visão sobre a excelente gestão de ativos da BB DTVM. Considerou que a BB DTVM possui uma excelente infraestrutura de investimento, com gerenciamento de portfólio em tempo real, controles de risco e sistemas de conformidade. Consideram que a BB DTVM tem uma exposição muito baixa ao risco de interrupção dos negócios;
- b) Em agosto de 2020, a *Fitch Ratings* reafirmou a nota “Excelente”, considerada máxima em uma escala de 5 níveis. Segundo a *Fitch*, a BB DTVM possui capacidade de investimento e características operacionais muito fortes, um processo de investimento robusto e bem disciplinado, e forte geração de receitas e lucratividade. Também considera a estrutura organizacional bem segregada e segmentada, a equipe experiente e a robusta estrutura de risco e controles;
- c) Desde 2012, o nosso processo de análise de risco de crédito possui a "Certificação Internacional ISO 9001" para seu Sistema de Gestão da Qualidade, um dos mais renomados títulos em qualidade de serviços. A certificação foi renovada em 2018, pela Fundação Vanzolini, com migração para a norma ISO 9001:2015;
- d) Em junho de 2020, a BB DTVM recebeu o selo *Great Place to Work* (GPTW), como um dos melhores lugares para trabalhar. O selo é resultado do trabalho da BB DTVM em suas práticas de Gestão de Pessoas, na disseminação da Cultura de Inovação e de uma Liderança Participativa

NOVOS PRODUTOS:

- a) No 2º semestre de 2020, 106 novos fundos foram lançados: 29 para o segmento Private, 43 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 12 para Varejo; 1 para Corporate; 2 para EFPC/RPPS (Entidade Fechada de Previdência Complementar/Regimes Próprios de Previdência Complementar); e 3 para distribuição por conta e ordem; além de 16 novos fundos de trabalho;
- b) Destacamos, entre os lançamentos, os fundos: BB Fundos de Fundos – Fundo de Investimento Imobiliário, BB ETF Ibovespa Fundo de Índice e BB Multimercado Carteira Plus, sendo os dois primeiros negociados em ambiente de Bolsa;



- c) Ampliamos o portfólio de fundos que alocam no exterior, com os fundos: BB Ações US Biotech BDR Nível I, BB Ações Globais Ativo BDR Nível I, BB Ações Asiáticas BDR Nível I, BB Ações Europeias BDR Nível I e BB Ações Emergentes BDR Nível I, disponíveis para investimento por todos os segmentos de clientes, ampliando as oportunidades de diversificação internacional do portfólio para clientes do Banco do Brasil SA;
- d) Ampliamos a grade de produtos disponíveis para distribuição por corretoras, por meio da modalidade por conta e ordem, com a criação do BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I, BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15 e BB Asset Ações Nordea Global Climate firmando novos contratos de distribuição, passando a disponibilizar os fundos da BB DTVM em 5 corretoras/plataformas de investimento;
- e) Ampliamos a grade de arquitetura aberta para o segmento Varejo e Private com o lançamento dos fundos: BB Espelho Ações Truxt Valor Private, BB Espelho Multimercado Legacy Capital Private, BB Espelho Ações Leblon, BB Espelho Multimercado Occam Equity Hedge, BB Espelho Multimercado Canvas Vector.
- f) Para o segmento de EAPC realizamos o lançamento de novos produtos para famílias de estratégias multimercado e renda fixa para a Brasilprev;
- g) Por fim, cabe mencionar o lançamento de um fundo de trabalho de investimento no exterior, com estratégia de investimento em commodities, ampliando ainda mais a capacidade de diversificação dos fundos Multimercado da BB DTVM.

SUSTENTABILIDADE

Alinhados aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas.

Participamos do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, participamos do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima, criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Reconhecemos os padrões de Melhores Práticas de Governança como forma de melhoria do ambiente de negócios e geração de valor de longo prazo para as companhias e todas as suas partes interessadas em nosso processo de avaliação de investimentos.

Adotamos, em nossos processos de avaliação dos ativos investidos pelos Veículos de Investimento, metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) considerando diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área. O resultado da análise influencia diretamente nas decisões de limite de crédito de Dívida Corporativa. Assim, todos os limites de emissores corporativos já são impactados da análise ASG.

Quanto ao Exercício de Direito de Voto em Assembleias pelos Veículos de Investimento, seguimos as práticas definidas pelo Código da Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, no que tange à avaliação das matérias relevantes obrigatórias. Em alguns casos, de forma excepcional e sempre no interesse do cotista, avaliamos itens considerados como não obrigatórios, como, por exemplo, remuneração dos administradores.

Possuímos, também, metodologia própria para a habilitação dos candidatos indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal, influenciando ativamente na melhoria de governança das companhias investidas pelos Veículos de Investimento.

Em atendimento às Resoluções CMN nº 4.327 e nº 4.557, em novembro de 2019, aprovamos a segunda versão da Política de Responsabilidade Socioambiental da BB DTVM.



Assinamos a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o *The Generation Foundation*. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Em 2018, a empresa aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (*Women’s Empowerment Principles – WEPs*), criados pela ONU Mulheres em parceria com o Pacto Global. Os WEPs são um conjunto de medidas que ajudam a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visam a equidade de gênero e o empoderamento feminino.

Atualmente, administramos dez fundos de investimento com características ASG.

O BB RF Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais.

O fundo BB Multimercado Global Green Private busca investir em ativos que possuem temática relacionada à sustentabilidade, meio ambiente, além do tratamento e beneficiamento da água.

O BB Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da B3.

Os fundos BB Ações Equidade Private, BB Ações Equidade e BB Asset Ações Equidade buscam agregar na construção da estratégia de investimento a temática da equidade de gênero, utilizando como critério de elegibilidade a adesão das empresas ao WEP da ONU, que considera aspectos como a participação de mulheres em cargos de gerência, executivos e no Conselho de Administração, além de análise que leva em consideração as dimensões ambiental, social e de governança.

O BB Multimercado LP Global Vita Private traz para a estratégia de gestão da carteira as temáticas de longevidade e qualidade de vida.

O BB Ações ESG Globais BDR Nível I possui uma carteira composta por empresas estrangeiras que atendam os critérios da temática ESG (ambiental, social e governança corporativa) e busca acompanhar o índice MSCI USA Extended ESG Focus Index (em reais).

O BB Ações Sustentabilidade, com carteira composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais, destinando 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, cujos recursos são direcionados exclusivamente para as ações do “Programa Água Brasil”, em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas – ANA.

O BB Ações Carbono Sustentabilidade acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e pela B3, composto por ações das companhias participantes do IBRX-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.



A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

Fundos Socioambientais PL (R\$ milhões)		
Fundo	31/12/2020	31/12/2019
BB Ações Sustentabilidade	28,00	16,60
BB Ações Governança	1.245,39	745,48
BB RF Ref DI Social 50	232,49	404,57
BB Ações Carbono Sustent	3,67	4,56
BB MM Global Vita Pvt	494,23	118,67
BB MM Global Green Pvt	344,45	135,65
BB Ações Equidade FIC	51,87	61,58
BB Ações Equidade Private FIC	215,46	232,52
BB Asset Ações Equidade FIC	2,10	2,33
BB Ações ESG Globais BDR I	528,48	77,43
Total	3.146,14	1.799,39

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

GESTÃO DE RISCOS

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez, crédito, operacional, estratégia, reputação e segurança da informação - inerente aos seus produtos e serviços.

Risco de Mercado

Utilizamos, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value at Risk* ou *VaR*) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, *Perda Máxima*, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo, utilizamos a métrica de L*VaR*. Referida métrica, similar ao *VaR* (*Value at Risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos.



Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela nossa equipe de Análise de Crédito, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões, mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.

As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas no Manual de Análise de Crédito e Operações Estruturadas, aprovado pela nossa Diretoria Executiva, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Ativos, órgão colegiado formado por seis executivos, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos nossos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização da relação risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

Para a gestão do risco de crédito do portfólio utilizamos a métrica Grau de Especificidade de Ativos (GEA), que incorpora os fatores de risco prazo, Índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH), rating e participação no patrimônio líquido do fundo, visando capturar possíveis impactos no curso natural da qualidade de crédito que se busca atender.

A mensuração do Risco de Crédito é realizada considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes nas carteiras de crédito dos fundos de investimento que possam ser avaliados, que possibilitem a manutenção consistente de seus históricos mensais de avaliação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a métrica de cálculo do Risco de Crédito considera nula ou inexistente sua participação no resultado da mensuração.

A avaliação qualitativa do risco de crédito em condições de estresse, para os ativos do fundo, é realizada mediante aplicação de parâmetros de choque definidos sobre o rating dos instrumentos do emissor mais concentrado, os quais refletem situações de redução da qualidade de sua classificação de risco.

Riscos Corporativos

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética.

Usufruímos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

A gestão do risco socioambiental é balizada pela Política Específica de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), Política Específica de Gerenciamento de Risco de Crédito, abrangendo Risco de Crédito da Contraparte (RCC) e de Concentração em Fundos de Investimento sob a gestão da BB DTVM e Política Específica de Relacionamento da BB DTVM com Fornecedores, todas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As diretrizes dessas políticas, ao incorporarem fatores socioambientais (situações e/ou circunstâncias que podem levar ao aumento da probabilidade de ocorrência de risco) nas decisões de investimento e práticas de seleção de ativos, buscam mitigar os riscos, ampliar o retorno financeiro e atender às expectativas dos *stakeholders*.



As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades	5	2.175.114	1.417.958
Ativos Financeiros		450.161	596.065
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	16.776	45.955
Rendas a receber	8	119.702	39.219
Negociação e intermediação de valores	9.a	249.722	448.139
Outros ativos financeiros	10.a	63.961	62.752
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(680)	(740)
(Outros ativos financeiros)	11.a	(680)	(740)
Ativos Fiscais		54.047	62.136
Correntes		46.964	54.291
Diferidos	16.e	7.083	7.845
Investimentos	12	2.000	46.252
Outros investimentos		2.019	54.379
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(19)	(8.127)
Outros Ativos	10.b	9.669	15.448
TOTAL DO ATIVO		2.690.311	2.137.119



PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Passivos Financeiros		249.400	447.126
Negociação e intermediação de valores	9.b	249.400	447.126
Provisões		10.523	8.414
Fiscais, cíveis e trabalhistas	19.b	7.232	6.705
Outras provisões	11.b	3.291	1.709
Obrigações Fiscais		934.841	818.651
Correntes		934.724	817.502
Diferidos	16.d	117	1.149
Outros Passivos	10.c	282.248	729.754
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.213.299	133.174
Capital	15.a	109.699	109.699
Reserva de Capital	15.b	1.455	1.362
Reserva de Lucros	15.b	1.103.447	21.939
Outros Resultados Abrangentes	15.d	153	1.536
(Ações em Tesouraria)	15.e	(1.455)	(1.362)
TOTAL DO PASSIVO		2.690.311	2.137.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		17.266	36.664	61.482
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.b	16.146	33.018	59.146
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.b	1.120	3.646	2.336
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		67	60	(5)
Outros ativos financeiros	11.a	67	60	(5)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		17.333	36.724	61.477
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		1.312.875	2.595.837	2.221.943
Receitas de prestação de serviços	13.a e 13.b	1.510.826	2.974.272	2.557.384
Despesas de pessoal	13.c	(54.419)	(108.251)	(100.856)
Outras despesas administrativas	13.d	(19.834)	(32.269)	(28.909)
Despesas tributárias	16.c	(102.143)	(200.725)	(173.706)
Outras receitas/despesas	13.e e 13.f	(21.555)	(37.190)	(31.970)
Provisões		(873)	(466)	(226)
Fiscais, cíveis e trabalhistas	19.b	(873)	(527)	(226)
Outras		--	61	--
RESULTADO OPERACIONAL		1.329.335	2.632.095	2.283.194
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14	(52.361)	(52.361)	(1.992)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.276.974	2.579.734	2.281.202
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	(511.459)	(1.032.409)	(901.393)
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(1.197)	(2.313)	(2.004)
LUCRO LÍQUIDO		764.318	1.545.012	1.377.805
LUCRO POR AÇÃO				
Número de ações		100.000.000	100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R\$)		7,64	15,45	13,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		764.318	1.545.012	1.377.805
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ganho/(Perda) não realizado sobre ativos financeiros disponíveis para venda	15.d	(445)	(2.417)	2.415
Efeito fiscal	15.d	190	1.034	(1.033)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		764.063	1.543.629	1.379.187



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	--	154	(1.224)	--	131.792
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	15.d	--	--	--	--	1.382	--	--	1.382
Transações com pagamento baseado em ações		--	138	--	--	--	(138)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	1.377.805	1.377.805
Destinações:	15.c								
- Dividendos (R\$ 13.778,05 por lote de mil ações)		--	--	--	--	--	--	(1.377.805)	(1.377.805)
Saldos em 31.12.2019		109.699	1.362	21.939	--	1.536	(1.362)	--	133.174
Mutações do exercício		--	138	--	--	1.382	(138)	--	1.382
Saldos em 30.06.2020		109.699	1.455	21.939	585.520	408	(1.455)	--	717.566
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	15.d	--	--	--	--	(255)	--	--	(255)
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	764.318	764.318
Destinações:	15.c								
- Reserva Estatutária		--	--	--	495.988	--	--	(495.988)	--
- Dividendos (R\$ 2.683,30 por lote de mil ações)		--	--	--	--	--	--	(268.330)	(268.330)
Saldos em 31.12.2020		109.699	1.455	21.939	1.081.508	153	(1.455)	--	1.213.299
Mutações do período		--	--	--	495.988	(255)	--	--	495.733
Saldos em 31.12.2019		109.699	1.362	21.939	--	1.536	(1.362)	--	133.174
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	15.d	--	--	--	--	(1.383)	--	--	(1.383)
Transações com pagamento baseado em ações		--	93	--	--	--	(93)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	1.545.012	1.545.012
Destinações:	15.c								
- Reserva Estatutária		--	--	--	1.081.508	--	--	(1.081.508)	--
- Dividendos (R\$ 4.635,04 por lote de mil ações)		--	--	--	--	--	--	(463.504)	(463.504)
Saldos em 31.12.2020		109.699	1.455	21.939	1.081.508	153	(1.455)	--	1.213.299
Mutações do exercício		--	93	--	1.081.508	(1.383)	(93)	--	1.080.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.276.974	2.579.734	2.281.202
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	45.058	44.719	3.391
Reforço (Reversão) de provisões operacionais	(67)	(60)	5
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(8.109)	(8.109)	1.189
Reforço de provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	873	527	227
Perdas em ações e cotas	52.361	52.361	1.970
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.322.032	2.624.453	2.284.593
Variações Patrimoniais	(143.665)	(978.516)	(932.483)
(Aumento) Redução em outros créditos	(134.358)	129.821	(247.712)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	29	7	(10)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(61.937)	(875.971)	(882.586)
(Redução) Aumento de outras obrigações	52.601	(232.373)	197.825
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.178.367	1.645.937	1.352.110
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Baixa/Alienação de títulos disponíveis para venda	13.284	27.796	(20.303)
Aquisição de investimentos	--	--	(9.774)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	13.284	27.796	(30.077)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(195.867)	(916.577)	(1.269.220)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(195.867)	(916.577)	(1.269.220)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	995.784	757.156	52.813
Início do período	1.179.330	1.417.958	1.365.145
Fim do período	2.175.114	2.175.114	1.417.958
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	995.784	757.156	52.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019		
RECEITAS		1.466.642	2.947.738	2.609.117		
Prestação de serviços e tarifas bancárias	13.a e 13.b	1.510.826	2.974.272	2.557.384		
Intermediação financeira	6.b e 7.b	17.266	36.664	61.482		
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11.a	67	60	(5)		
Outras receitas / (despesas)		(61.517)	(63.258)	(9.744)		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(30.941)	(54.708)	(48.308)		
Serviços do sistema financeiro	13.d	(1.210)	(2.367)	(4.158)		
Comunicações	13.d	(5.521)	(9.607)	(8.109)		
Transporte	13.d	(199)	(473)	(446)		
Manutenção e conservação de bens	13.d	(452)	(748)	(803)		
Materiais, energia e outros		(390)	(857)	(812)		
Serviços de terceiros		(40)	(60)	(62)		
Suporte operacional BB	13.f	(13.272)	(26.760)	(24.445)		
Outros		(9.857)	(13.836)	(9.473)		
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.435.701	2.893.030	2.560.809		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.435.701	2.893.030	2.560.809		
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.435.701	100,00%	2.893.030	100,00%	2.560.809
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.435.701	100,00%	2.893.030	100,00%	2.560.809
PESSOAL		48.881	3,40%	97.215	3,36%	90.450
Salários e honorários		35.150		70.408		65.806
Benefícios e treinamentos		5.680		10.943		9.325
FGTS		2.064		4.084		4.110
Participação de administradores no lucro		1.197		2.313		2.004
Outros encargos		4.790		9.467		9.205
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		620.337	43,21%	1.246.482	43,09%	1.087.508
Federais		589.356		1.185.985		1.036.126
Municipais		30.981		60.497		51.382
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		2.165	0,15%	4.321	0,15%	5.046
Aluguéis	13.d	2.165		4.321		5.046
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		764.318	53,24%	1.545.012	53,40%	1.377.805
Dividendos		268.330		463.504		1.377.805
Lucro Retido		495.988		1.081.508		--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM ou Instituição) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, com atuação em todo o território nacional. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 22.02.2021.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da BB DTVM. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de a BB DTVM continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência da BB DTVM no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos os países ao redor do globo estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.



d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019.

e) Alterações na apresentação das demonstrações contábeis

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Resolução BCB n.º 2/2020, a BB DTVM realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis atendendo às respectivas Resoluções, dentre as quais destacamos:

Balanco Patrimonial

- Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

Demonstração do Resultado

- Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;
- Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;

Notas Explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado. Inclusão das Notas Explicativas: n.º 04 – Principais julgamentos e estimativas contábeis, n.º 8 – Rendas a receber, n.º 9 – Negociação e intermediação de valores, n.º 10 – Outros ativos e passivos e n.º 11 – Provisões.

Outras informações

A BB DTVM não adotou a prerrogativa da Resolução CMN n.º 4.720/2019 de elaborar demonstrações contábeis intermediárias condensadas e divulgação com notas explicativas selecionadas. Também de acordo com a referida Resolução, a BB DTVM está apresentando como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN 4.144/2012
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN 3.566/2008
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN 4.720/2019
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN 4.007/2011
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN 3.973/2011



Pronunciamento CPC	Resolução CMN
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN 3.823/2009
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN 4.424/2015
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN 4.748/2019

A BB DTVM aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

g) Normas recentemente emitidas a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre nova norma que foi recentemente emitida pelo órgão regulador, a ser adotada pela BB DTVM em data posterior à 31.12.2020:

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor em 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços da BB DTVM são compostas, principalmente, por rendas com taxas de administração de fundos de investimentos e carteiras administradas. A taxa de administração é calculada sobre o patrimônio líquido diário do fundo ou carteira, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada diariamente.

Além da taxa de administração, a Instituição pode receber, semestralmente, receitas de taxa de performance, desde que previsto no regulamento do fundo de investimento. Essa receita é obtida sobre uma parcela da rentabilidade do fundo que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado.



c) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BB DTVM, estão mensurados a valor presente, uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 5 e 6).

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 6).

f) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 7) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 11.a)



h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 16.e) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases e mensurados por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras com base nas alíquotas aplicáveis ao período de sua realização, de acordo com a Resolução CMN 3.059/2002 e circular Bacen 3.171/2002.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 12).

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do Resultado.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A BB DTVM constitui provisões (Nota 19) quando as condições mostram que:

- (i) a BB DTVM possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

A BB DTVM monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados; e
- (iv) a experiência com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, a BB DTVM considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

m) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

n) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

o) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.

p) Resultados Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 20.



4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pela BB DTVM poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB DTVM e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de redução ao valor recuperável, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por desvalorização.

Com a finalidade de aderência ao teste de imparidade, a BB DTVM elaborou em 2013, metodologia específica para a aplicação nos certificados de investimento audiovisuais (CAV). Tal metodologia foi elaborada internamente, principalmente em razão da ausência de referências no mercado e tem, como foco central, o ciclo de vida dos certificados e os possíveis benefícios por eles gerados, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Em 2020, a BB DTVM reavaliou a metodologia de contabilização e provisionamento dos certificados audiovisuais (CAV), à luz dos critérios de mensuração e reconhecimento das práticas contábeis aplicáveis a ativos financeiros, com o objetivo de registrá-los a valores recuperáveis, incluindo a avaliação de recuperabilidade para cada filme.

Sendo assim, após realizações de estudos, com intuito de reduzir o prazo de perda por imparidade dos CAVs, atualmente em 10 anos, foi definida a perda por imparidade de 100% dos ativos no ano de aquisição, além de todo estoque existente.

A nova metodologia refletirá melhor os valores não recuperáveis dos Certificados, uma vez que o benefício fiscal ocorre integralmente no ano de aquisição, e de não haver liquidez no mercado secundário para esse tipo de ativo.

Entende-se assim que, apesar da baixa do ativo ocorrer no ano de aquisição, os benefícios fiscais, os ganhos de imagem, com a exibição da obra em diversos meios de comunicação, e possíveis ganhos financeiros, com a participação no faturamento líquido da obra, permanecerão vinculados ao processo.

b) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pela BB DTVM estão sujeitas ao pagamento de impostos onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.



As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela BB DTVM no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela BB DTVM, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

c) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a BB DTVM possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da BB DTVM é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela BB DTVM para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela BB DTVM que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (ii) alterações nas taxas de juros;
- (iii) mudanças nos índices de inflação;
- (iv) processos ou disputas judiciais adversas;
- (v) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de investimento;
- (vi) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- (vii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

d) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.



5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades	808	606
Depósitos bancários	808	606
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.174.306	1.417.352
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	2.174.306	1.417.352
Total	2.175.114	1.417.958

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam baixo risco de mudança de valor justo.

6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2020	31.12.2019
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar – posição bancada	2.174.306	1.417.352
Letras Financeiras do Tesouro	2.174.306	1.417.352
Total	2.174.306	1.417.352
Ativo circulante	2.174.306	1.417.352

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	16.146	33.018	59.146
Posição bancada	16.146	33.018	59.146
Total	16.146	33.018	59.146


7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em Dias	31.12.2020					31.12.2019		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	16.776	--	16.509	16.776	267	43.270	45.955	2.685
Títulos Públicos	--	--	--	--	--	10.270	10.470	200
Títulos Públicos Federais	--	--	--	--	--	10.270	10.470	200
Títulos Privados	16.776	--	16.509	16.776	267	33.000	35.485	2.485
Cotas de fundos de investimento	16.776	--	16.509	16.776	267	33.000	35.485	2.485
Total	16.776	--	16.509	16.776	267	43.270	45.955	2.685

Vencimento em Dias	31.12.2020					31.12.2019		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Por Carteira	16.776	--	16.509	16.776	267	43.270	45.955	2.685
Carteira própria	16.776	--	16.509	16.776	267	43.270	45.955	2.685

Vencimento em Anos ⁽¹⁾	31.12.2020			31.12.2019		
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total	
	Sem Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado
Por Categoria	16.776	16.509	16.776	45.955	43.270	45.955
Títulos disponíveis para venda	16.776	16.509	16.776	45.955	43.270	45.955

(1) A BB DTVM não possui investimentos a vencer após 10 anos.

	31.12.2020			31.12.2019		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por Carteira	16.776	--	16.776	45.955	--	45.955
Carteira própria	16.776	--	16.776	45.955	--	45.955

Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2020		31.12.2019	
Total por Categoria	16.776	100%	45.955	100%
Títulos disponíveis para venda	16.776	100%	45.955	100%


Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	Administrador	31.12.2020		31.12.2019	
		Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos Disponíveis para Venda					
BB Previdenciário Multimercado Alocação FI	BB DTVM	5.108.761	5.109	5.309	--
BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I FIC FI	BB DTVM	1.500.000	1.500	1.548	--
BB Espelho Multimercado Canvas Vector	BB DTVM	1.500.000	1.500	1.519	--
BB Espelho Multimercado Occam Equity Hedge	BB DTVM	1.500.000	1.500	1.502	--
BB Espelho Ações Leblon	BB DTVM	1.500.000	1.500	1.500	--
BB Asset Ações Nordea Global Climate	BB DTVM	1.200.000	1.200	1.202	--
BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15	BB DTVM	1.200.000	1.200	1.195	--
BB RF Tesouro Inflação Curta	BB DTVM	1.000.000	1.000	1.001	--
BB RF Tesouro Prefixado	BB DTVM	1.000.000	1.000	1.000	--
BB RF LP Tesouro Inflação FIC FI	BB DTVM	1.000.000	1.000	1.000	--
BB RF Estratégia Ativa	BB DTVM	--	--	--	10.031
BB Previdenciário Multimercado Alocação Imobiliária FI	BB DTVM	--	--	--	6.691
BB Espelho MM Truxt I Macro Estilo	BB DTVM	--	--	--	5.171
BB Asset MM LP Multiestratégia	BB DTVM	--	--	--	3.101
BB MM Multigestor Selection FIC FI	BB DTVM	--	--	--	3.064
BB Asset RF LP Bonds Globais	BB DTVM	--	--	--	3.045
BB Asset Ações Equidade FIC	BB DTVM	--	--	--	2.333
BB Espelho Multimercado Kapitalo Kappa	BB DTVM	--	--	--	2.049
Total		16.508.761	16.509	16.776	35.485
Títulos Mantidos até o Vencimento					
FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura ⁽¹⁾	BB DTVM	5.742	--	--	--
Total		5.742	--	--	--

(1) FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura teve o saldo integralmente desvalorizado em 30.09.2017.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.120	3.646	2.336
Total	1.120	3.646	2.336

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários em 31.12.2020 e 31.12.2019.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31.12.2020 e 31.12.2019.

e) Determinação do Valor Justo

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001. A apuração do valor justo dos títulos é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.



f) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Instituição são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Instituição estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2020			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	16.776	--	16.776	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	16.776	--	16.776	--

	31.12.2019			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	45.955	10.470	35.485	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	45.955	10.470	35.485	--

8 - RENDAS A RECEBER

	31.12.2020	31.12.2019
Bônus de <i>performance</i>	90.715	14.066
Taxa de administração mensal de fundos	11.362	10.867
Taxa de administração diária de fundos	9.881	9.065
Taxa de administração de carteiras	3.986	2.008
Distribuição de cotas	2.802	2.067
Taxa de administração de fundos - outros bancos	735	767
Taxa de gestão de fundos	221	187
Taxa de administração de fundos <i>offshore</i>	--	192
Total	119.702	39.219
Ativo circulante	119.702	39.219



9 - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

a) Negociação e intermediação de valores - Ativos Financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	249.722	448.139
Total	249.722	448.139
Ativo circulante	249.722	448.139

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

b) Negociação e intermediação de valores - Passivos Financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Credores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	248.523	446.442
Credores – liquidações pendentes – outros ⁽²⁾	877	684
Total	249.400	447.126
Passivo circulante	249.400	447.126

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outros.

10 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos Financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾ (Nota 19.d)	63.127	61.918
Opções por incentivos fiscais	834	834
Total	63.961	62.752
Ativo não circulante	63.961	62.752

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

b) Outros Ativos

	31.12.2020	31.12.2019
Devedores diversos – País	9.544	2.285
Despesas antecipadas	289	296
Falha em serviço e/ou fraude interna - em apuração	(164)	(164)
Valores a receber de sociedades ligadas	--	13.031
Total	9.669	15.448
Ativo circulante	9.669	15.448

**c) Outros Passivos**

	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos e bonificações a pagar	268.330	715.897
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.840	13.711
Credores diversos - País	78	146
Total	282.248	729.754
Passivo circulante	282.248	729.754

11 - PROVISÕES**a) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito - Outros Ativos Financeiros**

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Saldo Inicial	747	740	735
Constituição/Reversão	(67)	(60)	5
Saldo Final ⁽¹⁾	680	680	740
Ativo não circulante	680	680	740

(1) Provisão constituída em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor - R\$ (680) mil (R\$ (740) mil em 31.12.2019), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam.

b) Outras provisões

	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para participações nos lucros	1.664	1.384
Provisão para pagamentos a efetuar	1.336	35
Gratificações e participações a pagar	291	290
Total	3.291	1.709
Passivo circulante	2.313	872
Passivo não circulante	978	837

12 - INVESTIMENTOS

	31.12.2020	31.12.2019
Ações e cotas ⁽¹⁾	2.000	2.000
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Certificados de investimento	--	52.360
Subtotal	2.019	54.379
(Perdas por redução ao valor recuperável)	(19)	(8.127)
Total	2.000	46.252

(1) Refere-se a aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB).


13 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Administração de fundos de investimento ⁽¹⁾	992.551	2.002.996	1.693.527
Fundos de rede	533.835	1.115.460	1.230.553
Fundos exclusivos	447.799	865.603	438.385
Fundos extramercado	10.188	20.297	17.803
Fundos de capital estrangeiro	729	1.636	6.786
Bônus de <i>performance</i>	90.963	97.274	30.523
Administração de carteiras	32.540	67.360	22.263
Distribuição de cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	16.412	31.385	26.970
Taxa de saída	2.861	8.345	11.081
Taxas de gestão recebidas do exterior	1.448	2.547	2.324
Gestão de fundos de investimento	1.187	2.300	2.512
Serviços prestados a ligadas	--	--	24.514
Outras	256	522	567
Total	1.138.218	2.212.729	1.814.281

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Rendas de serviços diferenciados – pessoas físicas	372.608	761.543	743.103
Total	372.608	761.543	743.103

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Proventos	(32.406)	(64.471)	(61.161)
Encargos sociais	(13.589)	(26.900)	(25.725)
Benefícios	(4.992)	(9.851)	(8.327)
Honorários	(2.481)	(5.349)	(4.099)
Outras	(951)	(1.680)	(1.544)
Total	(54.419)	(108.251)	(100.856)



d) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Comunicações	(5.521)	(9.607)	(8.109)
Aluguéis	(2.165)	(4.321)	(5.046)
Contribuições filantrópicas ⁽¹⁾	(3.444)	(4.098)	(2.780)
Serviços técnicos especializados	(2.053)	(2.806)	(1.054)
Serviços do sistema financeiro ⁽²⁾	(1.210)	(2.367)	(4.158)
Condomínio	(875)	(1.790)	(1.943)
Programa de Reconhecimento de Funcionários	(1.322)	(1.322)	--
Promoções e relações públicas	(1.082)	(1.224)	(1.281)
Manutenção e conservação de bens	(452)	(748)	(803)
Água, energia e gás	(315)	(636)	(646)
Despesas de viagem no país	(47)	(604)	(1.233)
Processamento de dados	(358)	(576)	(286)
Transporte	(199)	(473)	(446)
Outras	(791)	(1.697)	(1.124)
Total	(19.834)	(32.269)	(28.909)

(1) Doações à projetos sociais coordenados pela Fundação Banco do Brasil (FBB), assim como doações no âmbito de projetos de voluntariado no BB, com interveniência da Diretoria de Governo (DIGOV), tendo como beneficiários: Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa Nacional de Apoio a Atenção Oncológica e Fundo Nacional do Idoso.

(2) Referem-se, principalmente, à despesa de custódia e controladoria.

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Reversão de provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	8.109	8.109	1.576
Indébito tributário - ILL ⁽¹⁾	1.776	2.965	1.834
Devedores por depósitos em garantia	432	1.209	2.507
Variações monetárias ativas	144	1.093	8.291
Outras	14	91	48
Total	10.475	13.467	14.256

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário – ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Banco do Brasil – suporte operacional	(13.272)	(26.760)	(24.445)
Patrocínio à cultura	(14.247)	(14.247)	(3.090)
Variações monetárias passivas ⁽¹⁾	(3.538)	(8.352)	(14.167)
Contribuições a entidades de classe	(256)	(540)	(555)
Provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	--	--	(2.765)
Outras	(717)	(758)	(1.204)
Total	(32.030)	(50.657)	(46.226)

(1) Referem-se principalmente à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.



14 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Despesas não operacionais	(52.361)	(52.361)	(1.992)
Prejuízo em ações e cotas	(52.361)	(52.361)	(1.970)
Outras despesas não operacionais	--	--	(22)
Total	(52.361)	(52.361)	(1.992)

15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 109.699 mil, em 31.12.2020 e 31.12.2019, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R\$ 1.213.299 mil (R\$ 133.174 mil em 31.12.2019) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 12,13 por ação (R\$ 1,33 em 31.12.2019). O lucro por ação foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo número de ações ordinárias totais.

b) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2020	31.12.2019
Reserva de Capital	1.455	1.362
Transações com pagamento baseado em ações	1.455	1.362
Reserva de Lucros	1.103.447	21.939
Reserva legal	21.939	21.939
Reservas Estatutárias	1.081.508	--

A Reserva de Capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

Em 29.05.2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução nº 4.820, posteriormente alterada pela Resolução nº 4.885 de 23.12.2020, a qual estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do Coronavírus (Covid-19), sobre o Sistema Financeiro Nacional.

Dessa forma, ficou estabelecido que a distribuição do resultado até 31.12.2020 ficará limitada ao montante equivalente à 30% do lucro líquido ajustado, no termo do estabelecido pelo Art. 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Sendo assim, foi constituída em 31.12.2020, uma reserva estatutária com o valor do lucro líquido excedente, sobre o dividendo mínimo obrigatório distribuído. A extrapolação dos limites de constituição da reserva estatutária, deverão ser submetidos à Assembleia Geral, para deliberação sobre a destinação dos valores na forma de dividendos ou aumento de capital, se for o caso.


c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro Líquido do Período	764.318	1.545.012	1.377.805
Base de Cálculo	764.318	1.545.012	1.377.805
- Dividendo mínimo obrigatório	191.080	386.253	344.451
- Dividendo adicional	77.250	77.251	1.033.354
Total Destinado ao Acionista	268.330	463.504	1.377.805
Reserva Estatutária constituída no período	495.988	1.081.508	--
Saldo do lucro líquido ajustado, após as destinações	--	--	--

d) Outros Resultados Abrangentes

	2º Semestre/2020			2º Semestre/2019		
	30.06.2020 Saldo	Movimentação	31.12.2020 Saldo	30.06.2019 Saldo	Movimentação	31.12.2019 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios	713	(445)	268	1.661	1.024	2.685
Efeitos tributários	(305)	190	(115)	(711)	(438)	(1.149)
Total	408	(255)	153	950	586	1.536
	Exercício/2020			Exercício/2019		
	31.12.2019 Saldo	Movimentação	31.12.2020 Saldo	31.12.2018 Saldo	Movimentação	31.12.2019 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios	2.685	(2.417)	268	270	2.415	2.685
Efeitos tributários	(1.149)	1.034	(115)	(116)	(1.033)	(1.149)
Total	1.536	(1.383)	153	154	1.382	1.536

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2020, foram adquiridas 15.998 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2019 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 15.f). Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 3.210 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.220 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015, 2.078 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2016, 4.052 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2017 e 2.842 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2018.

Em março de 2019, foram adquiridas 14.218 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2018 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 15.f). Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 2.850 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.412 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014, 5.220 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015, 2.078 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2016 e 4.052 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2017.

A empresa detém 31.496 ações (32.900 ações em 31.12.2019) correspondente ao saldo de R\$ 1.455 mil (R\$ 1.362 mil em 31.12.2019).


f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2016	10.397	32,84	8.319	2.078	03/2021
Subtotal				2.078	
Programa 2017 ⁽¹⁾	20.270	42,65	12.166	4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Subtotal				8.104	
Programa 2018	14.218	53,44	5.692	2.842	03/2021
				2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Subtotal				8.526	
Programa 2019	15.998	46,07	3.210	3.197	03/2021
				3.197	03/2022
				3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Subtotal				12.788	
Total				31.496	

(1) As 1.197 ações, adquiridas ao custo médio de R\$ 26,78, que foram marcadas como pertencentes ao Programa RVA 2012, foram destinadas para utilização no Programa RVA 2017.

g) Programa de Desempenho Gratificado (PDG):

O Conselho de Administração da BB DTVM aprovou em reunião de 19.06.2020, a implementação do Programa de Desempenho Gratificado (PDG), a partir do 2º semestre de 2020.

O PDG é uma premiação vinculada ao resultado e ao desempenho dos participantes, concedida semestralmente, que visa o reconhecimento do esforço individual e coletivo dos participantes que atingirem resultados superior ao ordinariamente esperado, contribuindo para a construção do resultado da BB DTVM.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa e o no Plano Diretor da BB DTVM.

O programa determina que a forma de pagamento esteja alinhada ao programa do Banco do Brasil, em que 50% da premiação deve ser pago por meio de ações do Banco e 50% em cartão Alelo premiação. O preço médio das ações é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.



16 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Valores Correntes	(510.831)	(1.031.644)	(901.663)
IR e CSLL no País	(510.831)	(1.031.644)	(901.663)
Valores Diferidos	(628)	(765)	270
Ativo Fiscal Diferido	(628)	(765)	270
Diferenças intertemporais	(628)	(765)	270
Total	(511.459)	(1.032.409)	(901.393)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Resultado antes dos Tributos e Participações	1.276.974	2.579.734	2.281.202
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%)	(510.790)	(1.031.894)	(912.481)
Outros valores	(669)	(515)	11.088
IR e CSLL do período	(511.459)	(1.032.409)	(901.393)

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Cofins	(61.130)	(120.482)	(105.087)
ISSQN	(30.971)	(60.218)	(51.113)
PIS/Pasep	(9.934)	(19.579)	(17.077)
Outras	(108)	(446)	(429)
Total	(102.143)	(200.725)	(173.706)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2020	31.12.2019
Decorrentes de Marcação a Mercado	117	1.149
Total das obrigações fiscais diferidas	117	1.149
Imposto de Renda	65	640
Contribuição Social	39	384
Cofins	11	108
PIS/Pasep	2	17
Passivo circulante	117	1.149



e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado	31.12.2019	01.01 a 31.12.2020		31.12.2020
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	7.845	5.625	(6.387)	7.083
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	111	7	(16)	102
Provisões passivas - fiscais	2.288	4.765	(4.388)	2.665
Provisões passivas - outras	394	25	(191)	228
Marcação a mercado	--	578	(576)	2
Provisão para perdas permanentes	3.558	--	--	3.558
Outras provisões	1.494	250	(1.216)	528
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.845	5.625	(6.387)	7.083
Imposto de Renda	4.072	3.316	(3.183)	4.205
Contribuição Social	3.773	2.246	(3.141)	2.878
Cofins	--	54	(54)	--
Pis/Pasep	--	9	(9)	--
Ativo não circulante	7.845	--	--	7.083

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2021	--	--
Em 2022	--	--
Em 2023	691	629
Em 2024	1.214	1.043
Em 2025	1.437	1.160
Em 2026	1.347	1.021
Em 2027	1.047	746
Em 2028	687	460
Em 2029	381	240
Em 2030	279	164
Total de créditos tributários em 31.12.2020	7.083	5.463

No período de 01.01 a 31.12.2020, observou-se que houve realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 6.387 mil.



17 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração da BB DTVM, formado pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, foram:

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Honorários e encargos sociais	2.351	5.090	4.888
Diretoria Executiva	2.156	4.687	4.609
Conselho de Administração	195	403	279
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	448	1.017	998
Total	2.799	6.107	5.886

Além disso, apesar do reduzido grau de risco a que estão sujeitos, a BB DTVM contrata seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva.

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 15).

A BB DTVM não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no período.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB), que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. Além disso, a BB DTVM realiza doações de recursos à Entidades de apoio à criança e ao adolescente, à idosos e de amparo a saúde. No 2º Semestre/2020 e no Exercício/2020, a BB DTVM realizou, respectivamente, contribuições filantrópicas nos valores de R\$ 3.444 mil e R\$ 4.098 mil (R\$ 1.518 mil no 2º Semestre/2019 e R\$ 2.780 no Exercício/2019) (Nota 13.d).

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.


Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2020			Total
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	
Ativos				
Disponibilidades (Nota 5)	808	--	--	808
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.a)	2.174.306	--	--	2.174.306
Rendas a receber de administração de carteiras (1)	--	1.715	--	1.715
Passivos				
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 10.c)	268.330	--	--	268.330
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 10.c)	13.840	--	--	13.840
2º Semestre/2020				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	16.146	--	--	16.146
Rendas de taxas de administração de carteiras (1)	--	26.385	--	26.385
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização (2)	--	338.264	--	338.264
Meios de Pagamento (3)	--	220	--	220
Investimentos (4)	--	--	--	--
Outros(5)	--	55	--	55
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6)	--	3.197	--	3.197
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	--	--	7	7
Despesas tributárias	(109)	--	--	(109)
Despesas de pessoal	(53.782)	--	--	(53.782)
Despesas administrativas diversas	(11.938)	--	--	(11.938)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(804)	--	--	(804)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f)	(13.272)	--	--	(13.272)
Variações monetárias passivas (Nota 13.f)	(3.538)	--	--	(3.538)
Outras despesas operacionais	(231)	--	--	(231)
Exercício/2020				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	33.018	--	--	33.018
Rendas de taxas de administração de carteiras (1)	--	55.476	--	55.476
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização (2)	--	661.007	--	661.007
Meios de Pagamento (3)	--	451	--	451
Investimentos (4)	--	3	--	3
Outros(5)	--	104	--	104
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6)	--	6.190	--	6.190
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	--	--	19	19
Despesas tributárias	(422)	--	--	(422)
Despesas de pessoal	(107.070)	--	--	(107.070)
Despesas administrativas diversas	(22.071)	--	--	(22.071)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(1.552)	--	--	(1.552)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f)	(26.760)	--	--	(26.760)
Variações monetárias passivas (Nota 13.f)	(8.352)	--	--	(8.352)
Outras despesas operacionais	(485)	--	--	(485)



	31.12.2019			
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	Total
Ativos				
Disponibilidades (Nota 5)	606	--	--	606
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.a)	1.417.352	--	--	1.417.352
Rendas a receber de administração de carteiras (1)	--	1.103	--	1.103
Valores a receber de sociedades ligadas (7) (Nota 10.b)	--	13.031	--	13.031
Passivos				
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 10.c)	715.897	--	--	715.897
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 10.c)	13.711	--	--	13.711
2º Semestre/2019				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	32.138	--	--	32.138
Rendas de taxas de administração de carteiras (1)	--	6.376	--	6.376
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização (2)	--	143.926	--	143.926
Meios de Pagamento (3)	--	404	--	404
Investimentos (4)	--	12.865	--	12.865
Outros(5)	--	48	--	48
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6)	--	2.936	--	2.936
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	--	--	11	11
Despesas tributárias	(31)	--	--	(31)
Despesas de pessoal	(51.386)	--	--	(51.386)
Despesas administrativas diversas	(10.428)	--	--	(10.428)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(2.164)	--	--	(2.164)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f)	(12.485)	--	--	(12.485)
Variações monetárias passivas (Nota 13.f)	(7.114)	--	--	(7.114)
Outras despesas operacionais	(196)	--	--	(196)
Exercício/2019				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	59.146	--	--	59.146
Rendas de taxas de administração de carteiras (1)	--	12.084	--	12.084
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização (2)	--	270.660	--	270.660
Meios de Pagamento (3)	--	791	--	791
Investimentos (4)	--	24.523	--	24.523
Outros(5)	--	94	--	94
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6)	--	5.827	--	5.827
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	--	--	11	11
Despesas tributárias	(415)	--	--	(415)
Despesas de pessoal	(99.968)	--	--	(99.968)
Despesas administrativas diversas	(20.505)	--	--	(20.505)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(3.365)	--	--	(3.365)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f)	(24.445)	--	--	(24.445)
Variações monetárias passivas (Nota 13.f)	(14.167)	--	--	(14.167)
Outras despesas operacionais	(436)	--	--	(436)

(1) Refere-se a empresas do grupo BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg (Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros), Brasilprev Seguros e Previdência S.A. e Brasilcap Capitalização S.A..

(2) Refere-se ao BB Seguros Participações S.A. e coligadas Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A., BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg, Brasilseg Companhia de Seguros, Aliança do Brasil Seguros e IRB Brasil Resseguros S.A..

(3) Refere-se ao BB Elo Cartões Participações S.A. e coligadas Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A., Cielo S.A, Alelo S.A, Elo Participações Ltda, Elo Serviços S.A., IBI Promotora de Vendas Ltda., Livel S.A., Stelo S.A. e Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo LTDA.

(4) Refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e coligadas Kepler Weber e Kepler Weber Industrial S.A.

(5) Refere-se à Fundação Banco do Brasil.

(6) Refere-se às Entidades Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – Cassi, Economus - Instituto de Seguridade Social e BEP Caixa de Previdência Social – Prevbep.

(7) Refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e ao BAMB – Brazilian American Merchant Bank.





18 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O quadro de pessoal da BB DTVM é composto exclusivamente por funcionários do Banco do Brasil cedidos por meio de convênio de cessão. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco e inclui o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. O Banco continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela Subsidiária de todos os custos decorrentes (Nota 13.c).

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração (Em Reais):

	31.12.2020	31.12.2019
Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A. (dotação)	292	292
Menor salário	3.585,48	3.415,11
Maior salário	38.499,07	37.930,12
Salário médio	15.868,72	15.881,76
Dirigentes		
Presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.906,80	5.906,80
Conselho de Administração	5.906,80	5.906,80

19 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Provisões para Demandas Fiscais, Cíveis e Trabalhistas - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, a BB DTVM constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda "provável".

Ações Fiscais

As demandas fiscais referem-se a procedimentos administrativos e judiciais iniciados, principalmente, pela Fazenda Nacional e Delegacia da Receita Federal, relativos a não retenção/recolhimento de tributos, e pelos municípios, que questionam a incidência de ISSQN sobre atividades da empresa.

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra a BB DTVM referem-se a pedidos de indenização em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a cobrança de diferenças de rendimentos.

Ações Trabalhistas

A entidade é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.



Movimentações na provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	5.821	5.721	5.975
Constituição	11.712	11.712	71
Reversão de provisão ⁽¹⁾	(10.981)	(10.981)	(609)
Atualização Monetária	112	212	284
Saldo Final	6.664	6.664	5.721
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	205	200	260
Constituição	14	14	21
Reversão de provisão	(6)	(6)	(92)
Atualização Monetária	5	10	11
Saldo Final	218	218	200
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	333	784	243
Constituição	--	1	472
Reversão de provisão	--	(480)	--
Atualização Monetária	17	45	69
Saldo Final	350	350	784
Total das Demandas	7.232	7.232	6.705

(1) Inclui em 2020 o pagamento de R\$ 4.093 mil referente à adesão ao Programa Concilia Rio.

A administração da BB DTVM considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	2.521	178	302
Acima de 5 anos	4.143	40	48
Total	6.664	218	350

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.



Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas fiscais ⁽¹⁾	290.891	258.500
Demandas cíveis	10	15.170
Total	290.901	273.670

(1) As principais contingências têm origem em autos de infração lavrados pela Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, visando à cobrança do ISSQN, no montante de R\$ 264.251 mil, sendo certo que todos os autos de infração indicados estão 'sub judice' e os respectivos juízos devidamente garantidos.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas fiscais	62.968	61.759
Demandas cíveis	159	159
Total	63.127	61.918

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não havia registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.



20 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados “Itens não recorrentes”, com o respectivo efeito fiscal e na participação nos lucros e resultados, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Adesão ao programa Concilia Rio: Diante de probabilidade de êxito em processo movido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro na cobrança de ISS de períodos anteriores, a BB DTVM constituiu, em julho de 2020, provisões para passivos fiscais. Com a confirmação de adesão ao programa Concilia Rio em novembro de 2020, a Instituição efetuou pagamento de DARM dos impostos devidos e realizou a reversão das provisões constituídas.

Baixa de certificados audiovisuais: Em 2020, a BB DTVM reavaliou a metodologia de contabilização e provisionamento dos certificados audiovisuais (CAV), à luz dos critérios de mensuração e reconhecimento das práticas contábeis aplicáveis a ativos financeiros, com o objetivo de registrá-los a valores recuperáveis, incluindo a avaliação de recuperabilidade para cada filme. Sendo assim, após realizações de estudos, com intuito de reduzir o prazo de perda por imparidade dos CAVs, atualmente em 10 anos, foi definida a perda por imparidade de 100% dos ativos no ano de aquisição, além de todo estoque existente.

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro Líquido	764.318	1.545.012	1.377.805
Itens Não Recorrentes			
Adesão ao programa Concilia Rio	(3.256)	(3.256)	--
Baixa de certificados audiovisuais	(52.361)	(52.361)	--
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente	22.247	22.247	--
Resultado Recorrente	786.565	1.567.259	1.377.805

21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A BB DTVM considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- i. Risco Operacional;
- ii. Risco de Estratégia;
- iii. Risco de Reputação;
- iv. Risco de Segurança da Informação e Cibernética;
- v. Risco Socioambiental;
- vi. Risco de Liquidez;
- vii. Risco de Mercado; e
- viii. Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da empresa decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.



A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), fórum composto por Diretores.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de Value-at-Risk (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na BB DTVM, o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna.

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética.

Usufruímos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

A gestão do risco socioambiental é balizada pela Política Específica de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), Política Específica de Gerenciamento de Risco de Crédito, abrangendo Risco de Crédito da Contraparte (RCC) e de Concentração em Fundos de Investimento sob a gestão da BB DTVM e Política Específica de Relacionamento da BB DTVM com Fornecedores, todas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As diretrizes dessas políticas, ao incorporarem fatores socioambientais (situações e/ou circunstâncias que podem levar ao aumento da probabilidade de ocorrência de risco) nas decisões de investimento e práticas de seleção de ativos, buscam mitigar os riscos, ampliar o retorno financeiro e atender às expectativas dos stakeholders.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

b) Gerenciamento de Capital

É de responsabilidade do Controlador o gerenciamento de capital do conglomerado prudencial, no qual a BB DTVM está incluída, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017.



22 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Pandemia Coronavirus (Covid-19)

No Exercício/2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavirus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil, controlador da BB DTVM, adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, a BB DTVM, em consonância com o seu controlador Banco do Brasil, tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparada para continuar atendendo às demandas da sociedade, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Adicionalmente, a BB DTVM está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade das operações.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Acordo Coletivo de Trabalho

O Banco do Brasil, controlador da BB DTVM, assinou em 16.07.2020 o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as Entidades Sindicais, tendo por finalidade minimizar os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19. As novas regras são específicas para este período e temporárias e passam a ter validade de 2 (dois) anos a contar da sua assinatura. Principais temas celebrados no presente Acordo Coletivo:

- Home office, teletrabalho ou trabalho à distância: prioriza a utilização para os funcionários pertencentes ao grupo de risco.
- Férias: passam a ser comunicadas com 5 dias de antecedência, serão preservados 15 dias do período em aquisição para utilização futura quando houver antecipação; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29 de abril para os funcionários que receberam comunicado de férias por iniciativa da empresa e encontravam-se em situação diferente de força de trabalho real.
- Banco de horas negativo: aplica-se a todos os funcionários sujeitos a controle de jornada, sem necessidade de adesão; prazo de 18 meses para compensação das horas negativas realizadas desde o dia 07.04.2020; para o uso do banco de horas, permanece a necessidade de negociação entre o funcionário e o gestor; desconto de 10% sobre o saldo das horas negativas acumuladas até julho e, sobre o saldo mês a mês a partir de agosto até dezembro/2020.
- Demais compromissos decorrentes da negociação: não descomissionamento por desempenho durante a pandemia; possibilidade de utilização do saldo positivo do banco de horas, juntamente com outras situações de ausências, para descanso pós pandemia, prioritariamente para os funcionários que se encontram no atendimento presencial; manutenção da possibilidade, mesmo que em rodízio, de o gestor abonar 1 ou 2 horas para os funcionários que estão em atendimento presencial nas agências.

Além da assinatura do acordo, destacam-se as seguintes ações adotadas pela BB DTVM:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País;
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais;
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços;
- Liberação de terceirizados;
- Orientações para Trabalho Remoto e Assinatura Eletrônica;
- Home office para 100% dos funcionários;



- Redirecionamento dos ramais telefônicos;
- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Cientes e usuários

- Compromisso com a manutenção do atendimento, por telefone ou e-mail, e prestação dos serviços de gestão e administração de recursos.

Implicações Contábeis dos Efeitos do Coronavírus

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis da BB DTVM. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.:

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

a.1) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pela BB DTVM foram revisados, de forma a que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem, com maior nível de confiabilidade, a posição patrimonial e o resultado do período divulgado pela BB DTVM.

a.2) Receitas de Prestação de Serviços

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações no resultado da RPS por possível adequação/redução na taxa de administração, por posicionamento e maior competitividade no mercado em que atua, em virtude de redução da taxa Selic.

A BB DTVM permanece atenta à evolução da pandemia, avaliando o seu impacto nos negócios, visando a sustentabilidade da empresa.

a.3) Distribuição de Lucros

Em cumprimento a Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, posteriormente alterada pela Resolução nº 4.885 de 23.12.2020, a remuneração do capital (juros sobre o capital próprio e dividendos) fica limitada ao montante equivalente à 30% do lucro líquido ajustado, no termo do estabelecido pelo Art. 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

a.4) Gerenciamento de riscos e capital

- Liquidez - Suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras de Risco

- Crédito, Mercado e Negócios – Manutenção da Política de Investimento dos Recursos Próprios, com diretriz principal de investimento em Operações Compromissadas com o Controlador;
- Risco Operacional - Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes);
- Reputação – Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos, de forma a mitigar eventuais consequências negativas.

b) Redução ao valor recuperável dos ativos

A BB DTVM realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais poderiam indicar redução no valor recuperável do ativo.

Não foram identificados impactos relevantes do Covid-19 nos valores recuperáveis de investimentos e intangíveis.



c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item a.4 acima, a BB DTVM adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, permitindo verificar possíveis impactos da pandemia Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários.

As alterações no valor justo dos instrumentos, identificadas até o momento em decorrência da pandemia, não tiveram impacto significativo nas presentes demonstrações contábeis.

d) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizadas análises sobre os créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado da BB DTVM pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

e) Provisão para Demandas Contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

f) Planos de reestruturação

Não há expectativa de que ocorram reestruturações, como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pelo Covid-19.

g) Outros possíveis efeitos identificados/esperados

Assistência governamental

Tributos próprios:

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. A BB DTVM não adotou a faculdade concedida.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, à Diretoria e aos Acionistas da

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB DTVM, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB DTVM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB DTVM continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da BB DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2021.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Segundo semestre de 2020

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto por membros independentes e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Nesse contexto, os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC) são as responsáveis pelas auditorias dos fundos de investimentos administrados pela BB DTVM.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou regularmente reuniões internas, com o CA e Diretoria da Empresa, auditorias interna e independente, e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da empresa. Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Unidade para acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, verifica, previamente à contratação para prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado, a existência de conflitos.



O Comitê realizou reuniões com a Deloitte e a KPMG com o objetivo de acompanhar o cumprimento dos planejamentos; avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados; e, examinar suas conclusões e recomendações.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de supervisão e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela área de controles internos e conformidade da BB DTVM, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com atribuição estabelecida pela Lei das Estatais e recomenda melhorias nos processos operacionais à administração.

O Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud inadequações às normas vigentes sobre transações com partes relacionadas.

VIII. Exposição de risco

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

IX. Demonstrações contábeis e Relatório da Administração

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, os relatórios da administração e do auditor independente. Avalia a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2020.

X. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Comitê elaborou pareceres ao Conselho de Administração da BB DTVM em relação a revisões de políticas específicas.

Não houve recomendações no período.

XI. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da BB DTVM e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Deloitte atua com efetividade e independência;



- d) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente; e,
- e) as demonstrações contábeis de 31/12/2020 e o relatório da administração foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2021.

(voto registrado eletronicamente)
Egídio Otmar Ames

(voto registrado eletronicamente)
Luiz Spinola

(voto registrado eletronicamente)
Marcos Tadeu de Siqueira



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. manifesta-se, nesta data, favorável quanto ao encaminhamento do Relatório da Administração e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria à Assembleia Geral para deliberação e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, recomenda a aprovação das contas da Diretoria referentes ao exercício de 2020.

Em 22 de fevereiro de 2021.

João Pinto Rabelo Júnior (Presidente)

Rodrigo Felipe Afonso (Vice-Presidente)

Bruno Nunes Sad

George Alberto de Aguiar Soares

José Ricardo Fagonde Forni

Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Manoel Gimenes Ruy



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis – incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício efetuado pela Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação e deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Não obstante, observada as Resoluções CMN 4.820 e 4.885, tendo em vista o art. 199 da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal recomenda que sejam tomadas as providências necessárias para a regularização das reservas de lucros.

Rio de Janeiro (RJ), 22 de fevereiro de 2021.

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)

Carlos Alexandre Jorge da Costa

Fernando Wandscheer de Moura Alves



DIRETORIA

PRESIDENTE

Aroldo Salgado de Medeiros Filho

DIRETORES

Aguinaldo Barbieri
Julio Cesar Vezaro
Marcelo Marques Pacheco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Pinto Rabelo Júnior (Presidente)
Rodrigo Felipe Afonso (Vice-Presidente)
Bruno Nunes Sad
George Alberto de Aguiar Soares
José Ricardo Fagonde Forni
Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria
Manoel Gimenes Ruy

CONSELHO FISCAL

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)
Carlos Alexandre Jorge da Costa
Fernando Wandscheer de Moura Alves

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
541.035.920-87

BB DTVM

**Demonstrações
Contábeis
Exercício 2019**



A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2019, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas.

Somos líderes desde 1994 na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o Ranking da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Contamos com uma equipe de 292 profissionais (dotação em 31.12.2019) de alto nível de qualificação e comprometimento, e estruturamos fundos de investimento destinados aos diversos segmentos de investidores.

No Ranking Global de Administração da ANBIMA de dezembro de 2019, registramos um patrimônio líquido sob administração de R\$ 1.055,9 bilhões e 22,42% de participação de mercado.

Na Gestão de Recursos de Terceiros, destacamo-nos como a maior gestora do país, registrando volume total de R\$ 1.046,3 bilhões e *market share* de 20,04%, conforme Ranking de Gestão da ANBIMA de dezembro de 2019.

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, gerimos e administramos R\$ 59,7 bilhões em fundos Extramercado.

Deste modo, encerramos o ano de 2019 com um crescimento de 12,20% no volume administrado de recursos de terceiros, em relação ao encerramento de 2018 (R\$ 941,1 bilhões).

a) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Enquanto subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adotamos as melhores práticas de governança. Possuímos Conselho de Administração próprio, com participação de membros independentes e representante dos empregados, e nossa Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Respeitamos a segregação de atividades conforme prescrito pela Comissão de Valores Mobiliários. Possuímos, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão e utilizamos, por compartilhamento, a estrutura de Auditoria Interna do BB S.A.

Por decisões das Assembleias Gerais de Acionista de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderimos aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e de Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN nº 3.198/2004, CMN nº 3.921/2010, Decreto nº 8.945/2016 e CMN nº 4.557/2017, respectivamente.

Adotamos o modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, e contamos com comitês internos de instâncias deliberativas. Acreditamos que decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades. Dentre os comitês, destacamos a instituição do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos, visando identificar e analisar riscos e definir ações de controle e monitoramento, o que reduz a probabilidade de que um evento negativo impacte os objetivos da BB DTVM.

Nosso compromisso com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador, é reforçado por meio da adoção das boas práticas de governança e monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos nossos negócios e atividades, incluindo as políticas da empresa.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Aderimos, em 27.10.2016, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – Stewardship, reforçando o compromisso da BB DTVM com a Governança Corporativa dos Fundos. Esse Código pode ser considerado um código de melhores práticas para Investidores Institucionais e tem como objetivo incentivar a maior diligência nas questões qualitativas das empresas investidas, bem como dar mais transparência a esse processo.

Em 2019, aprovamos a Estratégia Corporativa da BB Gestão de Recursos DTVM S/A, para o período 2020-2024, alinhada à Estratégia Corporativa do Banco do Brasil. A Estratégia Corporativa representa as diretrizes que implementaremos, enfatizando sempre o Propósito de “prover soluções em investimentos, gerando valor às pessoas”.

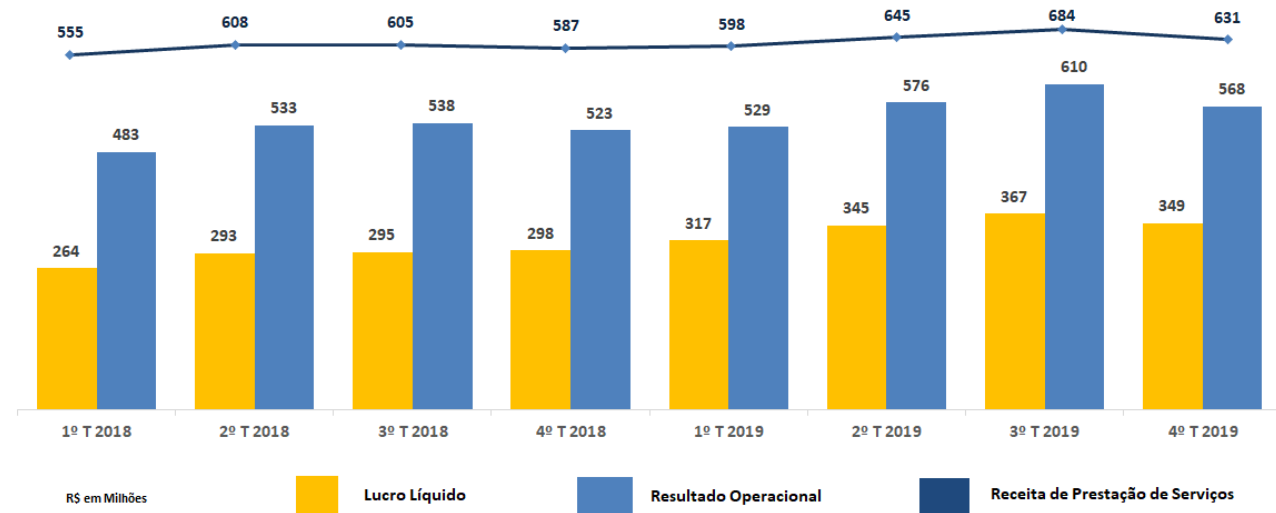
Atingimos a nota máxima no Indicador de Governança IG-Sest, atestando o Nível 1 de qualidade de governança da empresa em um universo de 61 empresas estatais de controle direto da União. Em 2018, obtivemos o percentual de 94% no Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU), o que nos posiciona no estágio “aprimorado” de Grau de Maturidade da Prática de Governança, estágio atingido por menos de 45 empresas num total de 498 órgãos e entidades avaliados.

Em fortalecimento à governança da BB DTVM, ao longo de 2019, destacamos que foram aprovados pelo Conselho de Administração: (i) a Implantação do Programa de Compliance, (ii) a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e (iii) a revisão da Política Específica de Controles Internos e Conformidade, (iv) revisão de várias políticas relativas à Risco, a Política Específica de Responsabilidade Socioambiental e a Política de Segurança da Informação e Cibernética.

b) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Encerramos o exercício de 2019 com lucro líquido de R\$ 1.377,8 milhões, resultado 19,8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O nosso resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 2.283,2 milhões, contra R\$ 2.077,0 milhões no ano anterior, com incremento de 9,9%.

O lucro líquido corresponde à soma dos resultados operacional e não operacional da empresa, após o desconto de impostos e participações nos lucros. O resultado operacional representa aquilo que a empresa lucrou com suas atividades de intermediação financeira, já deduzidas as despesas tributárias, administrativas e outras despesas operacionais.



As nossas receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em 2019 totalizaram R\$ 2.557,4 milhões, contra R\$ 2.354,7 milhões no ano anterior, cujo aumento de 8,6% deveu-se ao incremento em nosso patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), resultante da variação do valor dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras e da captação líquida de recursos.

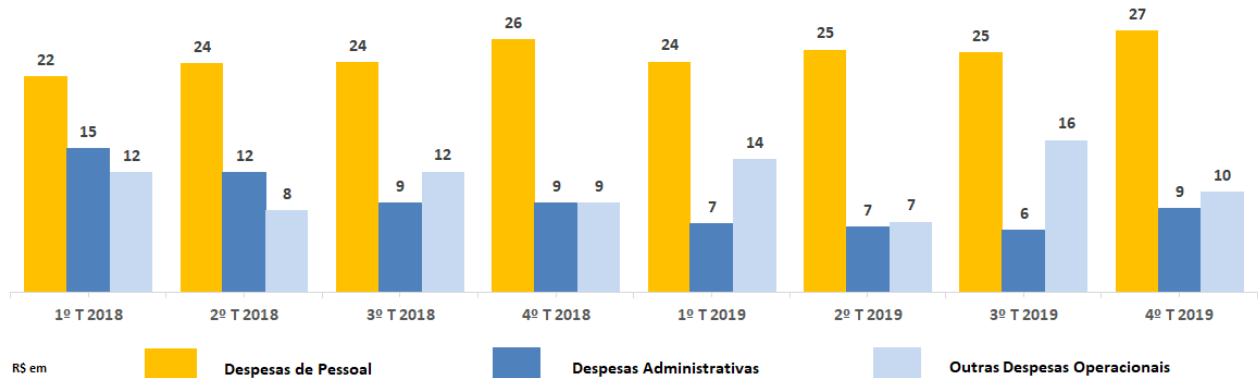
As despesas operacionais da empresa envolvem gastos com a manutenção de sua estrutura administrativa, a remuneração dos funcionários, entre outros dispêndios relacionados às suas operações.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

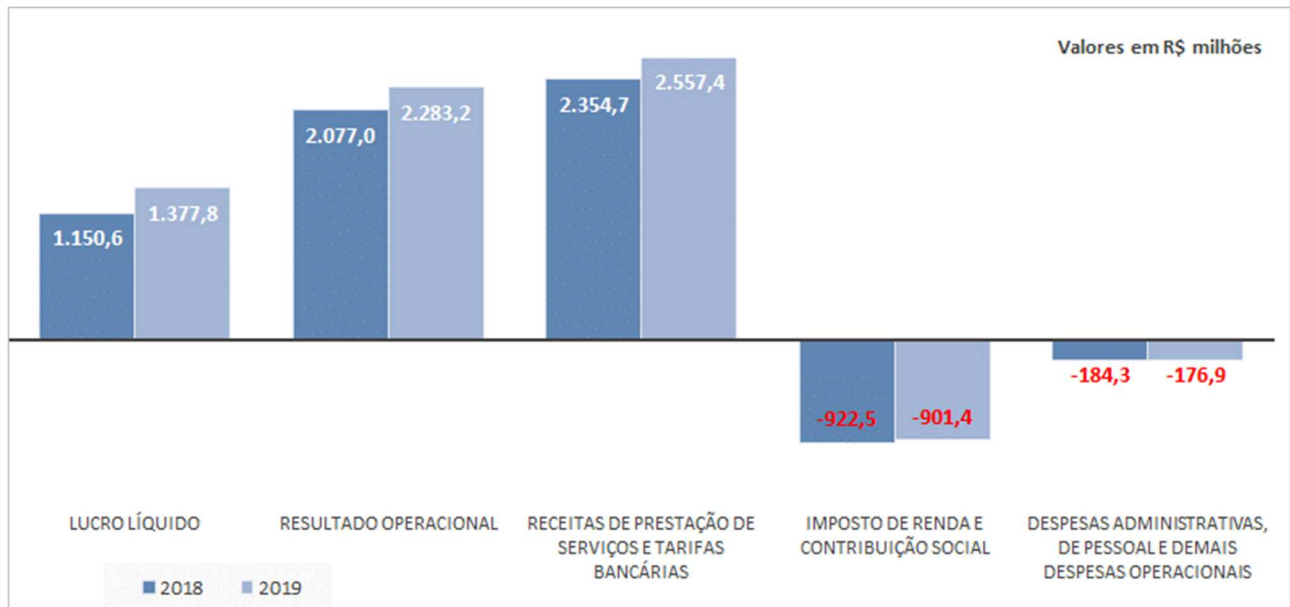
A redução das nossas despesas administrativas e operacionais, na ordem de R\$ 7,3 milhões no exercício de 2019, um decréscimo de 4,0% em relação à 2018, foi decorrente, principalmente, da redução das nossas despesas com serviços de custódia e controladoria, ocorrida a partir do 2º semestre do exercício anterior. Com relação às nossas despesas de pessoal, houve um acréscimo de 5,1% em relação à 2018, em razão, notadamente, do incremento salarial decorrente da negociação coletiva ocorrida em setembro/2019.

No gráfico a seguir, temos a composição de nossas despesas operacionais:



O declínio das nossas despesas administrativas e operacionais e a evolução das nossas receitas resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas de pessoal e outras despesas administrativas, e as receitas operacionais, deduzidas das outras despesas operacionais, passando de 5,95% em dezembro/2018 para 5,02% em igual período de 2019.

O gráfico abaixo apresenta os principais componentes do resultado dos exercícios de 2018 e 2019:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2019 como "Títulos Mantidos até o Vencimento", em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.



c) **AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o ano de 2019, destacamos:

- Realizamos as ações de capacitação e apoio à força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em incremento de captação em diversos segmentos;
 - Investimos continuamente em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos funcionários, proporcionando ações educacionais que contribuem para aumentar a competitividade no mercado e obter os melhores resultados para a empresa. Em 2019, profissionais de diferentes níveis hierárquicos e funções participaram de um total de 23.775 horas de treinamento. Contamos com 229 profissionais certificados em CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20); 88 profissionais certificados em CGA (Certificação de Gestores ANBIMA); 31 profissionais certificados em CFP (*Certified Financial Planner*); 23 profissionais certificados em CEA (Certificação de Especialista em Investimentos Anbima) e 2 funcionários certificados em CFA (*Chartered Financial Analyst*);
 - Participamos ativamente de eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas;
 - Realizamos eventos exclusivos com clientes de diversos segmentos com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos, criar uma experiência positiva e agradável para estes clientes e oferecer soluções em fundos de investimento adequadas às suas necessidades e expectativas;
 - Iniciamos a distribuição por Conta e Ordem, pela qual pretendemos distribuir nossos fundos através de corretoras e plataformas de investimento. Foram criados 3 fundos específicos para essa finalidade e formalizada uma parceria inicial com o BTG Digital.
- **Premiações:**
- a) **Ranking Melhor Banco para Investir** – IstoÉ Dinheiro (edição 1106) – fevereiro/2019 – 1º colocado na categoria Renda Fixa e 2º colocado nas categorias Fundos de Ações e Varejo Seletivo;
 - b) **Ranking Melhores Fundos para Institucionais** – Revista Investidor Institucional (Edição 312 – março/2019) – 18 fundos considerados excelentes;
 - c) **Ranking TOP Asset** – Revista Investidor Institucional (Edição 313 – abril/2019) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Recursos Provenientes de Fundos de Pensão, Recursos de Governo, Varejo, Previdência Aberta, Fundos Exclusivos e FIDCs;
 - d) **Ranking Melhores Fundos para Institucionais** – Revista Investidor Institucional (Edição 317 – agosto/2019) – 21 fundos considerados excelentes;
 - e) **Ranking TOP Asset** – Revista Investidor Institucional (Edição 318 – setembro/2019) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Varejo, Previdência Aberta, Exclusivos, FIDC;
- **Certificações:**
- a) Desde 2006, possuímos o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco *Moody's* América Latina. Em 2019, a *Moody's* revalidou sua visão sobre a excelente gestão de ativos da BB DTVM. Considerou que a BB DTVM possui uma excelente infraestrutura de investimento, com gerenciamento de portfólio em tempo real, controles de risco e sistemas de conformidade. Consideram que a BB DTVM tem uma exposição muito baixa ao risco de interrupção dos negócios;



- b) Em 2019, a *Fitch Ratings* reafirmou a nota “Excelente”, considerada máxima em uma escala de 5 níveis. Segundo a *Fitch*, a BB DTVM possui capacidade de investimento e características operacionais muito fortes, um processo de investimento robusto e bem disciplinado, e forte geração de receitas e lucratividade. Também considera a equipe de funcionários qualificada e experiente, com rígidos controles de risco;
- c) Desde 2012, o nosso processo de análise de risco de crédito da possui a "[Certificação Internacional ISO 9001](#)" para seu Sistema de Gestão da Qualidade, um dos mais renomados títulos em qualidade de serviços. A certificação foi renovada em 2018, pela Fundação Vanzolini, com migração para a norma ISO 9001:2015.

– **Novos Produtos:**

- a) Em 2019, lançamos 154 fundos: 68 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 57 para o segmento Private; 10 para o segmento Fundos de Investimento; 4 para Varejo Alta Renda; 4 para EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar); 3 para Corporate; 3 para Varejo; 3 para o segmento Conta e Ordem; e 2 para Poder Público. Foram criadas, também, 3 carteiras administradas: 2 para o segmento EFPC e 1 para o segmento Capitalização. No total, foram 157 novos produtos no ano;
- b) Destacamos, entre os lançamentos de novos fundos realizados neste ano, o lançamento de estratégia de crédito privado, adquirindo ativos emitidos no âmbito da Lei 12.431 para os segmentos de Varejo e Private, cujo patrimônio total sob gestão atingiu ao final do exercício R\$ 257,9 milhões;
- c) Cabe destacar, ainda, a criação de fundo com estratégia *long bias*, disponível para clientes do segmento Varejo, além de três estratégias com riscos globais abertas para clientes Investidores Qualificados: Ações Globais com *hedge* cambial, Renda Fixa Global com *hedge* cambial e Renda Fixa Global sem *hedge* cambial;
- d) Dentre os novos produtos, cabe ainda destacar os 3 fundos lançados na modalidade Conta e Ordem (PCO), a serem comercializados por meio de distribuidores externos, diversificando os canais de venda e atingindo um público estratégico de não-correntistas do Banco do Brasil S.A.;
- e) Convém mencionar também a criação do fundo espelho da Verde Asset, gestora destacada no mercado. O fundo tem como público alvo os FICs exclusivos de clientes do segmento Private;
- f) Para o segmento Corporate, foram lançados três novos fundos exclusivos, que somaram R\$ 169,9 milhões de patrimônio líquido no encerramento de 2019.

d) SUSTENTABILIDADE

Alinhados aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas.

Participamos do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, participamos do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima, criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Aderimos ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - Stewardship, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), e assinou a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, UNEP FI e The Generation Foundation.

Reconhecemos os padrões de Melhores Práticas de Governança como forma de melhoria do ambiente de negócios e geração de valor de longo prazo para as companhias e todas as suas partes interessadas em nosso processo de avaliação de investimentos. Assim, em nossos processos de avaliação dos ativos investidos pelos Veículos de Investimento, buscamos uma combinação de retornos financeiros com a governança corporativa, de acordo com princípios de ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa).



Quanto ao Exercício de Direito de Voto em Assembleias pelos Veículos de Investimento, seguimos as práticas definidas pelo Código da Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, no que tange à avaliação das matérias relevantes obrigatórias. Em alguns casos, de forma excepcional e sempre no interesse do cotista, avaliamos itens considerados como não obrigatórios, como, por exemplo, remuneração dos administradores.

Possuímos, também, metodologia própria para a habilitação dos candidatos indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal, influenciando ativamente na melhoria de governança das companhias investidas pelos Veículos de Investimento.

Em atendimento às Resoluções CMN nº 4.327 e nº 4.557, em novembro de 2019, aprovamos a segunda versão da Política de Responsabilidade Socioambiental da BB DTVM.

Assinamos a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o The Generation Foundation. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Adotamos metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) em nossas análises considerando diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área. O resultado da análise influencia diretamente nas decisões de limite de crédito de Dívida Corporativa. Assim, todos os limites de emissores corporativos já são impactados da análise ASG.

Em 2018, a empresa aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women’s Empowerment Principles – WEPs), criados pela ONU Mulheres em parceria com o Pacto Global. Os WEPs são um conjunto de medidas que ajudam a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visam a equidade de gênero e o empoderamento feminino.

Atualmente, administramos oito fundos de investimento com características ASG.

O BB RF Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais.

O fundo BB Multimercado Global *Acqua LP Private* prioriza em sua carteira de ativos empresas que tratem ou beneficiem a água em seu processo produtivo.

O BB Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da B3.

Os fundos BB Ações Equidade Private e BB Ações Equidade buscam agregar na construção da estratégia de investimento a temática da equidade de gênero, utilizando como critério de elegibilidade a adesão das empresas ao WEP da ONU, que considera aspectos como a participação de mulheres em cargos de gerência, executivos e no Conselho de Administração, além de análise que leva em consideração as dimensões ambiental, social e de governança.

O BB Multimercado LP Global Vita *Private* traz para a estratégia de gestão da carteira as temáticas de longevidade e qualidade de vida.

O BB Ações ISE Jovem, com carteira composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais, destinando 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, cujos recursos são direcionados exclusivamente para as ações do “Programa Água Brasil”, em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas – ANA.



O BB Ações Carbono Sustentabilidade acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e pela B3, composto por ações das companhias participantes do IBx-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.

A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

Fundos Socioambientais PL (R\$ milhões)		
Fundo	31.12.2019	30.12.2018
BB RF Referenciado DI Social 50	404,6	643,0
BB Multi Global Acqua LP Private FI	135,6	258,6
BB MM LP Global Vita Private FI	118,7	139,8
BB Ações Governança	745,5	360,1
BB Ações ISE Jovem FIC	16,6	9,2
BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA	4,6	3,9
BB Ações Equidade FIC	61,6	8,7
BB Ações Equidade Private FIC	232,5	128,0
Total	1.719,6	1.551,3

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

e) **GESTÃO DE RISCOS**

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez, crédito, operacional, estratégia, reputação e segurança da informação - inerente aos seus produtos e serviços.

Risco de Mercado

Utilizamos, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value at Risk* ou *VaR*) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, Orçamento de *VaR*, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo utilizamos a métrica de *LVaR*. Referida métrica, similar ao *VaR* (*Value at Risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Riscos.

Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela nossa equipe de Análise de Crédito, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.



As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas em manual interno de Gestão de Risco de Crédito, aprovado pela nossa Diretoria Executiva, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Ativos, órgão colegiado formado por cinco executivos, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos nossos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização da relação risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

Para a gestão do risco de crédito do portfólio utilizamos a métrica Grau de Especificidade de Ativos (GEA), que incorpora os fatores de risco prazo, Índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH), rating e participação no patrimônio líquido do fundo, visando capturar possíveis impactos no curso natural da qualidade de crédito que se busca atender.

A mensuração do Risco de Crédito é realizada considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes nas carteiras de crédito dos fundos de investimento que possam ser avaliados, que possibilitem a manutenção consistente de seus históricos mensais de avaliação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a métrica de cálculo do Risco de Crédito considera nula ou inexistente sua participação no resultado da mensuração.

A avaliação qualitativa do risco de crédito em condições de estresse, para os ativos do fundo, é realizada mediante aplicação de parâmetros de choque definidos sobre o rating dos instrumentos do emissor mais concentrado, os quais refletem situações de redução da qualidade de sua classificação de risco.

Riscos Corporativos

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Gerimos o Risco de Segurança da Informação, estabelecendo diretrizes que objetivam assegurar aos processos, produtos e serviços desenvolvidos na organização, controles eficazes na preservação dos atributos da segurança da informação nas etapas do ciclo PDCA do Sistema de Gestão da Segurança da Informação – SGSI.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo Controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética.

Usufruímos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

Gerimos os Riscos de Estratégia e de Reputação na BB DTVM utilizando a abordagem por indicadores. Essa abordagem reflete o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma das suas dimensões e está alinhada ao Planejamento Estratégico e ao Plano Diretor da companhia. Os indicadores de controle possuem limites para monitorarmos seu cumprimento e assegurarmos o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Os Riscos Corporativos são reportados aos Comitês de Gestão de Riscos e Controles Internos da BB DTVM e ao Conselho de Administração da empresa.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		2.082.928	1.760.651
Disponibilidades	4	606	1.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.417.352	1.363.154
Aplicações no mercado aberto	5.a	1.417.352	1.363.154
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		45.955	24.270
Carteira própria	6.a	45.955	24.270
Outros Créditos		618.719	370.951
Rendas a receber	7.a	39.219	27.316
Negociação e intermediação de valores	7.b	448.139	226.634
Diversos	7.c	131.525	117.165
(Provisão para outros créditos)	7.d	(164)	(164)
Outros Valores e Bens		296	285
Despesas antecipadas		296	285
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.939	7.733
Outros Créditos		7.939	7.733
Diversos	7.c	8.679	8.468
(Provisão para outros créditos)	7.d	(740)	(735)
PERMANENTE		46.252	39.637
Investimentos	8	46.252	39.637
Outros investimentos		54.379	46.575
(Provisão para perdas)		(8.127)	(6.938)
TOTAL DO ATIVO		2.137.119	1.808.021



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		2.003.108	1.675.324
Outras Obrigações		2.003.108	1.675.324
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.440	7.514
Sociais e estatutárias	9.a	716.734	594.055
Fiscais e previdenciárias	9.b	814.211	827.865
Negociação e intermediação de valores	9.c	447.126	227.038
Diversas	9.d	20.597	18.852
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		837	905
Outras Obrigações		837	905
Sociais e estatutárias	9.a	837	905
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		133.174	131.792
Capital		109.699	109.699
De domiciliados no País	12.a	109.699	109.699
Reserva de Capital	12.b	1.362	1.224
Reserva de Lucros	12.b	21.939	21.939
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.d	1.536	154
(Ações em Tesouraria)	12.e	(1.362)	(1.224)
TOTAL DO PASSIVO		2.137.119	1.808.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.467	61.482	58.840
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	33.467	61.482	58.840
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(16)	(5)	5
Constituição/Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(16)	(5)	5
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.451	61.477	58.845
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		1.144.725	2.221.717	2.018.180
Receitas de prestação de serviços	10.a	922.864	1.814.281	1.674.538
Rendas de tarifas bancárias	10.b	392.086	743.103	680.200
Despesas de pessoal	10.c	(51.886)	(100.856)	(95.970)
Outras despesas administrativas	10.d	(15.098)	(28.909)	(45.672)
Despesas tributárias	13.c	(89.393)	(173.706)	(160.995)
Outras receitas operacionais	10.e	12.263	14.957	8.699
Outras despesas operacionais	10.f	(26.111)	(47.153)	(42.620)
RESULTADO OPERACIONAL		1.178.176	2.283.194	2.077.025
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	11	(1.970)	(1.992)	(1.300)
Despesas não operacionais		(1.970)	(1.992)	(1.300)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.176.206	2.281.202	2.075.725
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.a	(459.394)	(901.393)	(922.490)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(459.670)	(901.663)	(922.895)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		276	270	405
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(915)	(2.004)	(2.674)
LUCRO LÍQUIDO		715.897	1.377.805	1.150.561
LUCRO POR AÇÃO				
Número de ações		100.000.000	100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R\$)		7,16	13,78	11,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	154	--	--	154
Transações com pagamento baseado em ações		--	245	--	--	(245)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	1.150.561	1.150.561
Destinações: - Dividendos (R\$ 11.505,62 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.150.561)	(1.150.561)
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	154	(1.224)	--	131.792
Mutações do exercício		--	245	--	154	(245)	--	154
Saldos em 30.06.2019		109.699	1.362	21.939	950	(1.362)	--	132.588
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	586	--	--	586
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	715.897	715.897
Destinações: - Dividendos (R\$ 5.931,50 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(715.897)	(715.897)
Saldos em 31.12.2019		109.699	1.362	21.939	1.536	(1.362)	--	133.174
Mutações do período		--	--	--	586	--	--	586
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	154	(1.224)	--	131.792
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	1.382	--	--	1.382
Transações com pagamento baseado em ações		--	138	--	--	(138)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	1.377.805	1.377.805
Destinações: - Dividendos (R\$ 11.505,61 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.377.805)	(1.377.805)
Saldos em 31.12.2019		109.699	1.362	21.939	1.536	(1.362)	--	133.174
Mutações do exercício		--	138	--	1.382	(138)	--	1.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.176.206	2.281.202	2.075.725
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.414	3.391	3.158
Reforço (Reversão) de provisões operacionais	16	5	(5)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	1.189	1.189	1.355
Reforço de provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	239	227	508
Perdas em ações e cotas	1.970	1.970	1.300
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.179.620	2.284.593	2.078.883
Variações Patrimoniais			
Redução em títulos para negociação	--	--	20.725
Aumento em outros créditos	(149.070)	(247.712)	(20.823)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(37)	(10)	93
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(57.419)	(882.586)	(806.134)
Aumento (Redução) de outras obrigações	129.085	197.825	(3.981)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.102.179	1.352.110	1.268.763
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Baixa/Alienação de títulos disponíveis para venda	3.292	(20.303)	(24.116)
Aquisição de investimentos	(9.774)	(9.774)	(8.498)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.482)	(30.077)	(32.614)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(669.019)	(1.269.220)	(1.100.325)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(669.019)	(1.269.220)	(1.100.325)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	426.678	52.813	135.824
Início do período	991.280	1.365.145	1.229.321
Fim do período	1.417.958	1.417.958	1.365.145
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	426.678	52.813	135.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018		
RECEITAS		1.345.068	2.609.117	2.399.732		
Prestação de serviços e tarifas bancárias	10.a e 10.b	1.314.950	2.557.384	2.354.738		
Intermediação financeira	6.b	33.467	61.482	58.840		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão / (constituição)	7.d	(16)	(5)	5		
Outras receitas / (despesas)		(3.333)	(9.744)	(13.851)		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(25.420)	(48.308)	(62.122)		
Serviços do sistema financeiro	10.d	(2.588)	(4.158)	(19.784)		
Comunicações	10.d	(4.147)	(8.109)	(7.712)		
Transporte	10.d	(232)	(446)	(2.176)		
Manutenção e conservação de bens	10.d	(400)	(803)	(811)		
Materiais, energia e outros		(405)	(812)	(876)		
Serviços de terceiros		(34)	(62)	(55)		
Suporte operacional BB	10.f	(12.485)	(24.445)	(21.369)		
Outros		(5.129)	(9.473)	(9.339)		
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.319.648	2.560.809	2.337.610		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.319.648	2.560.809	2.337.610		
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.319.648	100,00%	2.560.809	100,00%	2.337.610
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.319.648	100,00%	2.560.809	100,00%	2.337.610
PESSOAL		46.470	3,52%	90.450	3,53%	85.618
Proventos e honorários		33.925		65.806		60.371
Benefícios e treinamentos		4.868		9.325		8.041
FGTS		2.096		4.110		3.971
Participação de administradores no lucro		915		2.004		2.674
Outros encargos		4.666		9.205		10.561
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		555.116	42,07%	1.087.508	42,47%	1.096.509
Federais		528.832		1.036.126		1.048.070
Municipais		26.284		51.382		48.439
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		2.165	0,16%	5.046	0,20%	4.922
Aluguéis	10.d	2.165		5.046		4.922
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		715.897	54,25%	1.377.805	53,80%	1.150.561
Dividendos		715.897		1.377.805		1.150.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM ou Instituição) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A BB DTVM aplicou o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que não é conflitante com as normas do Bacen.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18.02.2020.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, a inclusão de saldos de partes relacionadas com rendas de serviços prestados a ligadas, por segmento (Nota 14).



3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços da BB DTVM são compostas, principalmente, por rendas com taxas de administração de fundos de investimentos e carteiras administradas. A taxa de administração é calculada sobre o patrimônio líquido diário do fundo ou carteira, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada diariamente.

Além da taxa de administração, a Instituição pode receber, semestralmente, receitas de taxa de performance, desde que previsto no regulamento do fundo de investimento. Essa receita é obtida sobre uma parcela da rentabilidade do fundo que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado.

c) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BB DTVM, estão mensurados a valor presente, uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

f) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 6) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.



A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 7.d).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 13.e) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 8).

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de redução ao valor recuperável, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.



Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por desvalorização, reconhecida na Demonstração do Resultado, em Outras Despesas Operacionais.

Com a finalidade de aderência ao teste de imparidade, a BB DTVM elaborou metodologia específica para a aplicação nos certificados de investimento audiovisuais (CAV). Tal metodologia foi elaborada internamente principalmente em razão da ausência de referências no mercado e tem, como foco central, o ciclo de vida dos certificados e os possíveis benefícios por eles gerados.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 16).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

n) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

o) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.



4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	606	1.991
Depósitos bancários	606	1.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.417.352	1.363.154
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	1.417.352	1.363.154
Total	1.417.958	1.365.145

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam baixo risco de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar – posição bancada	1.417.352	1.363.154
Letras Financeiras do Tesouro	1.417.352	1.173.140
Notas do Tesouro Nacional	--	190.014
Total	1.417.352	1.363.154
Ativo circulante	1.417.352	1.363.154

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Rendas de Aplicações Compromissadas	32.138	59.146	59.930
Posição bancada	32.138	59.146	59.930
Total	32.138	59.146	59.930



6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em Dias	31.12.2019					31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	45.955	--	43.270	45.955	2.685	24.000	24.270	270
Títulos Públicos	10.470	--	10.270	10.470	200	--	--	--
Títulos Públicos Federais	10.470	--	10.270	10.470	200	--	--	--
Títulos Privados	35.485	--	33.000	35.485	2.485	24.000	24.270	270
Cotas de fundos de investimento	35.485	--	33.000	35.485	2.485	24.000	24.270	270
Total	45.955	--	43.270	45.955	2.685	24.000	24.270	270

Vencimento em Dias	31.12.2019					31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Por Carteira	45.955	--	43.270	45.955	2.685	24.000	24.270	270
Carteira própria	45.955	--	43.270	45.955	2.685	24.000	24.270	270

Vencimento em Anos ⁽¹⁾	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total	
	Sem Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado
Por Categoria	45.955	43.270	45.955	24.270	24.000	24.270
Títulos disponíveis para venda	45.955	43.270	45.955	24.270	24.000	24.270

(1) A BB DTVM não possui investimentos a vencer após 10 anos.

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por Carteira	45.955	--	45.955	24.270	--	24.270
Carteira própria	45.955	--	45.955	24.270	--	24.270



Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2019		31.12.2018	
Total por Categoria	45.955	100%	24.270	100%
Títulos disponíveis para venda	45.955	100%	24.270	100%

Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	Administrador	31.12.2019		31.12.2018	
		Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos Disponíveis para Venda					
BB Previdenciário Multimercado Alocação Imobiliária FI	BB DTVM	5.000.000	5.000	6.691	--
BB Espelho MM Truxt I Macro Estilo	BB DTVM	5.000.000	5.000	5.171	--
BB Asset MM LP Multiestratégia	BB DTVM	3.000.000	3.000	3.101	--
BB Asset RF LP Bonds Globais	BB DTVM	3.000.000	3.000	3.045	--
BB Asset Ações Equidade FIC	BB DTVM	2.000.000	2.000	2.333	--
BB MM Multigestor Selection FIC FI	BB DTVM	3.000.000	3.000	3.064	--
BB RF Estratégia Ativa	BB DTVM	10.000.000	10.000	10.031	--
BB Espelho Multimercado Kapitalo Kappa	BB DTVM	2.000.000	2.000	2.049	--
BB RF LP Crédito Privado Estilo FIC	BB DTVM	--	--	--	10.032
BB Espelho MM Gávea Macro Estilo	BB DTVM	--	--	--	2.960
BB Espelho MM SPX Nimitz Estilo	BB DTVM	--	--	--	2.905
BB Previdenciário Ações Valor FICFI	BB DTVM	--	--	--	5.302
BB Espelho MM Bahia AM Marau Estilo	BB DTVM	--	--	--	3.071
Total		33.000.000	33.000	35.485	24.270
Títulos Mantidos até o Vencimento					
FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura ⁽¹⁾	BB DTVM	5.742	--	--	--
Total		5.742	--	--	--

(1) FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura teve o saldo integralmente desvalorizado em 30.09.2017.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	32.138	59.146	59.930
Aplicações em fundos de investimento	1.329	2.336	(1.090)
Total	33.467	61.482	58.840

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários em 31.12.2019 e 31.12.2018.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31.12.2019 e 31.12.2018.

e) Determinação do Valor Justo

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001. A apuração do valor justo dos títulos é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

f) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Instituição são as seguintes:



Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Instituição estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2019			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	45.955	--	45.955	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	45.955	--	45.955	--

	31.12.2018			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	24.270	--	24.270	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	24.270	--	24.270	--

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	31.12.2019	31.12.2018
Bônus de <i>performance</i>	14.066	4.393
Taxa de administração mensal de fundos	10.867	10.251
Taxa de administração diária de fundos	9.065	8.456
Distribuição de cotas	2.067	1.371
Taxa de administração de carteiras	2.008	1.674
Taxa de administração de fundos - outros bancos	767	1.062
Taxa de administração de fundos <i>offshore</i>	192	109
Taxa de Gestao de Fundos	187	--
Total	39.219	27.316
Ativo circulante	39.219	27.316

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2019	31.12.2018
Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	448.139	226.634
Total	448.139	226.634
Ativo circulante	448.139	226.634

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.



c) Diversos

	31.12.2019	31.12.2018
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾ (Nota 16.d)	61.918	59.412
Impostos e contribuições a compensar ⁽²⁾	54.291	43.366
Valores a receber de sociedades ligadas	13.031	12.846
Ativo fiscal diferido – crédito tributário (Nota 13.e)	7.845	7.633
Devedores diversos – País	2.285	1.541
Opções por incentivos fiscais	834	835
Total	140.204	125.633
Ativo circulante	131.525	117.165
Ativo realizável a longo prazo	8.679	8.468

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

(2) Inclui o valor de R\$ 25.297 mil (R\$ 23.463 mil em 31.12.2018) referente à ativação de imposto de renda (indébito tributário do ILL), decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

d) Movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Característica de Concessão de Crédito

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo Inicial	888	899	904
Constituição/Reversão	16	5	(5)
Saldo Final ⁽¹⁾	904	904	899
Ativo circulante	164	164	164
Ativo realizável a longo prazo	740	740	735

(1) Provisão constituída, principalmente, em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor - R\$ (740) mil (R\$ (735) mil em 31.12.2018), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam.

8 - INVESTIMENTOS

	31.12.2019	31.12.2018
Certificados de investimento	52.360	44.556
Ações e cotas ⁽¹⁾	2.000	2.000
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Subtotal	54.379	46.575
Provisão para perdas em investimentos	(8.127)	(6.938)
Total	46.252	39.637

(1) Refere-se a aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB).

9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2019	31.12.2018
Dividendos e bonificações a pagar	715.897	593.150
Provisão para participações nos lucros	1.384	1.427
Gratificações e participações a pagar	290	383
Total	717.571	594.960
Passivo circulante	716.734	594.055
Passivo exigível a longo prazo	837	905



b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	762.938	781.683
Impostos e contribuições a recolher ⁽¹⁾	50.124	46.009
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 13.e)	1.149	173
Total	814.211	827.865
Passivo circulante	814.211	827.865

(1) Inclui o valor de R\$ 15.755 mil (R\$ 15.712 mil em 31.12.2018) relativo ao Imposto de Renda retido na fonte sobre os ganhos auferidos pelos cotistas dos fundos de investimento.

c) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2019	31.12.2018
Credores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	446.442	226.565
Credores – liquidações pendentes – outros ⁽²⁾	684	473
Total	447.126	227.038
Passivo circulante	447.126	227.038

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outros.

d) Diversas

	31.12.2019	31.12.2018
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.711	12.118
Provisão para contingências (Nota 16.b)	6.705	6.478
Fiscais	5.721	5.975
Trabalhistas	784	243
Cíveis	200	260
Credores diversos - País	146	241
Provisão para pagamentos a efetuar	35	15
Total	20.597	18.852
Passivo circulante	20.597	18.852



10 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Administração de fundos de investimento ⁽¹⁾	857.150	1.693.527	1.588.962
Fundos de rede	606.623	1.230.553	1.166.776
Fundos exclusivos	235.159	438.385	403.575
Fundos extramercado	9.255	17.803	16.608
Fundos de capital estrangeiro	6.113	6.786	2.003
Bônus de <i>performance</i>	15.854	30.523	9.920
Distribuição de cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	16.747	26.970	17.304
Serviços prestados a ligadas	12.859	24.514	24.190
Administração de carteiras	11.843	22.263	20.923
Taxa de saída	5.555	11.081	9.752
Gestão de fundos de investimento	1.276	2.512	2.919
Taxas de gestão recebidas do exterior	1.273	2.324	--
Taxa de rebate	--	--	119
Outras	307	567	449
Total	922.864	1.814.281	1.674.538

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Rendas de serviços diferenciados – pessoas físicas	392.086	743.103	680.200
Total	392.086	743.103	680.200

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Proventos	(31.595)	(61.161)	(56.259)
Encargos sociais	(13.093)	(25.725)	(27.559)
Benefícios	(4.270)	(8.327)	(6.987)
Honorários	(2.017)	(4.099)	(3.590)
Outras	(911)	(1.544)	(1.575)
Total	(51.886)	(100.856)	(95.970)



d) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Comunicações	(4.147)	(8.109)	(7.712)
Aluguéis	(2.165)	(5.046)	(4.922)
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(2.588)	(4.158)	(19.784)
Contribuições filantrópicas ⁽²⁾	(1.518)	(2.780)	(4.296)
Condomínio	(951)	(1.943)	(1.684)
Promoções e relações públicas	(714)	(1.281)	(1.015)
Despesas de viagem no país	(777)	(1.233)	(1.577)
Serviços técnicos especializados	(664)	(1.054)	(1.193)
Manutenção e conservação de bens	(400)	(803)	(811)
Água, energia e gás	(337)	(646)	(675)
Transporte	(232)	(446)	(599)
Processamento de dados	(118)	(286)	(327)
Outras	(487)	(1.124)	(1.077)
Total	(15.098)	(28.909)	(45.672)

(1) Referem-se, principalmente, à despesa de custódia e controladoria.

(2) Doações a projetos sociais coordenados pela Fundação Banco do Brasil (FBB).

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Variações monetárias ativas	8.288	8.291	360
Devedores por depósitos em garantia	1.192	2.507	2.678
Indébito tributário - ILL ⁽¹⁾	1.187	1.834	2.057
Reversão de provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	1.576	1.576	1.040
Reversão/Baixa de provisões para contingências (Nota 16.b)	--	701	2.477
Outras	20	48	87
Total	12.263	14.957	8.699

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário – ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Banco do Brasil – suporte operacional	(12.485)	(24.445)	(21.369)
Variações monetárias passivas ⁽¹⁾	(7.114)	(14.167)	(12.914)
Patrocínio à cultura	(3.090)	(3.090)	(2.100)
Provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	(2.765)	(2.765)	(2.395)
Despesas por Compensação - Semestres Anteriores	(8)	(994)	--
Provisão para contingências (Nota 16.b)	(239)	(928)	(2.985)
Contribuições a entidades de classe	(261)	(555)	(606)
Outras	(149)	(209)	(251)
Total	(26.111)	(47.153)	(42.620)

(1) Referem-se principalmente à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.



11 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Despesas não Operacionais	(1.970)	(1.992)	(1.300)
Prejuízo em ações e cotas	(1.970)	(1.970)	(1.300)
Outras despesas não operacionais	--	(22)	--
Total	(1.970)	(1.992)	(1.300)

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 109.699 mil, em 31.12.2019 e 31.12.2018, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R\$ 133.174 mil (R\$ 131.792 mil em 31.12.2018) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1,33 por ação (R\$ 1,32 em 31.12.2018). O lucro por ação foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo número de ações ordinárias totais.

b) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2019	31.12.2018
Reserva de Capital	1.362	1.224
Transações com pagamento baseado em ações	1.362	1.224
Reserva de Lucros	21.939	21.939
Reserva legal	21.939	21.939

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Lucro Líquido do Período	715.897	1.377.805	1.150.561
Base de Cálculo	715.897	1.377.805	1.150.561
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	178.974	344.451	287.641
Dividendo adicional	536.923	1.033.354	862.920
Total Destinado ao Acionista	715.897	1.377.805	1.150.561
Saldo do Lucro Líquido após Destinações	--	--	--

Os dividendos por ação são calculados por lote de mil ações, baseado no valor destinado semestralmente para distribuição, dividindo-se o saldo pelo número de ações ordinárias totais.



d) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	2º Semestre/2019			2º Semestre/2018		
	30.06.2019 Saldo	Movimentação	31.12.2019 Saldo	30.06.2018 Saldo	Movimentação	31.12.2018 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios	1.661	1.024	2.685	29	241	270
Efeitos tributários	(711)	(438)	(1.149)	(12)	(104)	(116)
Total	950	586	1.536	17	137	154

	Exercício/2019			Exercício/2018		
	31.12.2018 Saldo	Movimentação	31.12.2019 Saldo	31.12.2017 Saldo	Movimentação	31.12.2018 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios	270	2.415	2.685	--	270	270
Efeitos tributários	(116)	(1.033)	(1.149)	--	(116)	(116)
Total	154	1.382	1.536	--	154	154

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2019, foram adquiridas 14.218 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2018 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 2.850 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.412 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014, 5.220 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015, 2.078 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2016 e 4.052 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2017.

Em março de 2018, foram adquiridas 19.073 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2017 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Também foram remarcadas 1.197 ações pertencentes ao Programa de Remuneração Variável 2012 para o Programa de 2017. Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 4.062 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.220 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015. Em abril de 2018, foram transferidas 4.907 ações relativas à 4ª parcela do Programa de 2013, 5.412 ações relativas à 3ª parcela do Programa de 2014 e 2.078 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável de 2016.

A empresa detém 32.900 ações (38.294 ações em 31.12.2018) correspondente ao saldo de R\$ 1.362 mil (R\$ 1.224 mil em 31.12.2018).

f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2015	26.109	19,92	20.889	5.220	03/2020
Subtotal				5.220	
Programa 2016	10.397	32,84	6.241	2.078	03/2020
				2.078	03/2021
Subtotal				4.156	
Programa 2017 ⁽¹⁾	20.270	42,65	8.114	4.052	03/2020
				4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Subtotal				12.156	
Programa 2018	14.218	53,44	2.850	2.842	03/2020
				2.842	03/2021
				2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Subtotal				11.368	
Total				32.900	

(1) As 1.197 ações, adquiridas ao custo médio de R\$ 26,78, que foram marcadas como pertencentes ao Programa RVA 2012, foram destinadas para utilização no Programa RVA 2017.



13 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Valores Correntes	(459.670)	(901.663)	(922.895)
IR e CSLL no País	(459.670)	(901.663)	(922.895)
Valores Diferidos	276	270	405
Ativo Fiscal Diferido	276	270	405
Diferenças intertemporais	276	270	405
Total	(459.394)	(901.393)	(922.490)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Resultado antes dos Tributos e Participações	1.176.206	2.281.202	2.075.725
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%) ⁽¹⁾	(470.482)	(912.481)	(934.076)
Outros valores	11.088	11.088	11.586
IR e CSLL do período	(459.394)	(901.393)	(922.490)

(1) A CSLL sofreu redução da alíquota de 20% para 15% a partir de janeiro/2019, conforme disposições da Lei nº 13.169/2015.

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Cofins	(54.268)	(105.087)	(96.685)
ISSQN	(26.274)	(51.113)	(48.211)
PIS/Pasep	(8.819)	(17.077)	(15.711)
Outras	(32)	(429)	(388)
Total	(89.393)	(173.706)	(160.995)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2019	31.12.2018
Decorrentes de Marcação a Mercado	1.149	173
Total das obrigações fiscais diferidas	1.149	173
Imposto de Renda	640	96
Contribuição Social	384	58
Cofins	108	16
PIS/Pasep	17	3



e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado	31.12.2018	Exercício 2019		31.12.2019
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	7.633	694	(482)	7.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	110	7	(6)	111
Provisões passivas	2.591	356	(265)	2.682
Marcação a mercado	58	153	(211)	--
Provisão para perdas permanentes	3.558	--	--	3.558
Outras provisões ⁽¹⁾	1.316	178	--	1.494
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.633	694	(482)	7.845
Imposto de Renda	4.047	308	(283)	4.072
Contribuição Social	3.580	369	(176)	3.773
Cofins	5	15	(20)	--
Pis/Pasep	1	2	(3)	--

(1) Principalmente certificados de investimentos.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2019	--	--
Em 2020	--	--
Em 2021	--	--
Em 2022	765	658
Em 2023	1.345	1.082
Em 2024	1.591	1.197
Em 2025	1.492	1.048
Em 2026	1.160	763
Em 2027	761	468
Em 2028	422	243
Em 2029	309	165
Total de créditos tributários em 31.12.2019	7.845	5.624

No Exercício/2019, observou-se a realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 482 mil.



14 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria da BB DTVM no 2º Semestre/2019 e no Exercício/2019 foram, respectivamente, de R\$ 2.330 mil e R\$ 4.609 mil (R\$ 2.036 mil no 2º Semestre/2018 e R\$ 4.580 mil no Exercício/2018) e ao Conselho de Administração no 2º Semestre/2019 e no Exercício/2019 foram, respectivamente, de R\$ 120 mil e R\$ 279 mil (R\$ 176 mil no 2º Semestre/2018 e R\$ 269 mil no Exercício/2018). Além disso, apesar do reduzido grau de risco a que estão sujeitos, a BB DTVM contrata seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva.

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 12.f).

A BB DTVM não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no período.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 2º Semestre/2019 e no Exercício/2019 respectivamente, a BB DTVM realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 1.518 mil e R\$ 2.780 mil (R\$ 2.751 mil no 2º Semestre/2018 e R\$ 4.296 mil no Exercício/2018) (Nota 10.d).

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.



Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2019			
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	Total
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4)	606	--	--	606
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.417.352	--	--	1.417.352
Rendas a receber de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.103	--	1.103
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	13.031	--	13.031
Passivos				
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	715.897	--	--	715.897
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 9.d)	13.711	--	--	13.711
2º Semestre/2019				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	32.138	--	--	32.138
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.376	--	6.376
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	--	143.926	--	143.926
Investimentos ⁽⁴⁾	--	12.865	--	12.865
Meios de Pagamento ⁽⁵⁾	--	404	--	404
Outros ⁽⁶⁾	--	48	--	48
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas ⁽⁷⁾	--	2.936	--	2.936
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	--	--	11	11
Despesas tributárias	(31)	--	--	(31)
Despesas de pessoal	(51.386)	--	--	(51.386)
Despesas administrativas diversas	(10.428)	--	--	(10.428)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(2.164)	--	--	(2.164)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(12.485)	--	--	(12.485)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(7.114)	--	--	(7.114)
Outras despesas operacionais	(196)	--	--	(196)
Exercício/2019				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	59.146	--	--	59.146
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	12.084	--	12.084
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	--	270.660	--	270.660
Investimentos ⁽⁴⁾	--	24.523	--	24.523
Meios de Pagamento ⁽⁵⁾	--	791	--	791
Outros ⁽⁶⁾	--	94	--	94
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas ⁽⁷⁾	--	5.827	--	5.827
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	--	--	11	11
Despesas tributárias	(415)	--	--	(415)
Despesas de pessoal	(99.968)	--	--	(99.968)
Despesas administrativas diversas	(20.505)	--	--	(20.505)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(3.365)	--	--	(3.365)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(24.445)	--	--	(24.445)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(14.167)	--	--	(14.167)
Outras despesas operacionais	(436)	--	--	(436)



31.12.2018				
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	Total
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4)	1.991	--	--	1.991
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.363.154	--	--	1.363.154
Rendas a receber de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.013	--	1.013
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	12.846	--	12.846
Passivos				
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	593.150	--	--	593.150
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 9.d)	12.118	--	--	12.118
2º Semestre/2018				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	34.351	--	--	34.351
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.701	--	6.701
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	--	124.713	--	124.713
Investimentos ⁽⁴⁾	--	12.678	--	12.678
Meios de Pagamento ⁽⁵⁾	--	331	--	331
Outros ⁽⁶⁾	--	44	--	44
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas ⁽⁷⁾	--	5.453	--	5.453
Despesas tributárias	(128)	--	--	(128)
Despesas de pessoal	(49.436)	--	--	(49.436)
Despesas administrativas diversas	(10.647)	--	--	(10.647)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(3.289)	--	--	(3.289)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(10.606)	--	--	(10.606)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(6.233)	--	--	(6.233)
Outras despesas operacionais	(237)	--	--	(237)
Exercício/2018				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	59.930	--	--	59.930
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	13.232	--	13.232
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	--	252.668	--	252.668
Investimentos ⁽⁴⁾	--	24.203	--	24.203
Meios de Pagamento ⁽⁵⁾	--	626	--	626
Outros ⁽⁶⁾	--	90	--	90
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas ⁽⁷⁾	--	10.440	--	10.440
Despesas tributárias	(344)	--	--	(344)
Despesas de pessoal	(94.956)	--	--	(94.956)
Despesas administrativas diversas	(20.751)	--	--	(20.751)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões ⁽⁸⁾	--	11	--	11
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(18.537)	--	--	(18.537)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(21.369)	--	--	(21.369)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(12.914)	--	--	(12.914)
Outras despesas operacionais	(530)	--	--	(530)

(1) Refere-se a empresas do grupo BB Seguros (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros, Brasilveículos e Mapfre Vida).

(2) Refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e ao BAMB – Brazilian American Merchant Bank.

(3) Refere-se ao BB Seguros Participações S.A. e coligadas Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A., IRB Brasil Resseguros S.A., Aliança do Brasil Seguros S.A., BB Mapfre Assistência S.A., BB Mapfre SH1 Participações S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, Cia de Seguros Aliança do Brasil, Mapfre BB SH2 Participações S.A. e Mapfre Seguros Gerais S.A.

(4) Refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e coligadas Kepler Weber e Kepler Weber Industrial S.A.

(5) Refere-se ao BB Elo Cartões Participações S.A. e coligadas Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A., Cielo S.A., Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS (Alelo), Elo Participações Ltda, Elo Serviços S.A., IBI Promotora de Vendas Ltda., Livel S.A. e Stelo S.A.

(6) Refere-se à Fundação Banco do Brasil.

(7) Refere-se às Entidades Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – Cassi, Economus - Instituto de Seguridade Social e BEP Caixa de Previdência Social – Prevpap.

(8) Outras partes relacionadas refere-se ao BB Securities Ásia.



15 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O quadro de pessoal da BB DTVM é composto exclusivamente por funcionários do Banco do Brasil cedidos por meio de convênio de cessão. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco e inclui o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. O Banco continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela Subsidiária de todos os custos decorrentes (Nota 14).

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração (Em Reais):

	31.12.2019	31.12.2018
Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A. (dotação)	292	292
Menor salário	3.415,11	3.386,59
Maior salário	37.930,12	36.362,88
Salário médio	15.881,76	15.124,90
Dirigentes		
Presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.906,80	5.906,80
Conselho de Administração	5.906,80	5.906,80

16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Provisões para Demandas Fiscais, Cíveis e Trabalhistas – Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, a BB DTVM constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda "provável".

Ações Fiscais

As demandas fiscais referem-se a procedimentos administrativos e judiciais iniciados, principalmente, pela Fazenda Nacional e Delegacia da Receita Federal, relativos a não retenção/recolhimento de tributos, e pelos municípios, que questionam a incidência de ISSQN sobre atividades da empresa.

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra a BB DTVM referem-se a pedidos de indenização em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a cobrança de diferenças de rendimentos.

Ações Trabalhistas

A entidade é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.



Movimentações na provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	5.540	5.975	5.599
Constituição	71	71	2.165
Reversão de provisão	--	(609)	(309)
Baixa por pagamento	--	--	(1.851)
Atualização Monetária	110	284	371
Saldo Final	5.721	5.721	5.975
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	183	260	371
Constituição	11	21	190
Reversão de provisão	--	(92)	(304)
Baixa por pagamento	--	--	(13)
Atualização Monetária	6	11	16
Saldo Final	200	200	260
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	743	243	--
Constituição	--	472	241
Atualização Monetária	41	69	2
Saldo Final	784	784	243
Total das Demandas	6.705	6.705	6.478

A administração da BB DTVM considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	5.459	199	781
Acima de 5 anos	262	1	3
Total	5.721	200	784

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais ⁽¹⁾	258.500	244.532
Demandas cíveis	15.170	14.699
Total	273.670	259.231

(1) As principais contingências têm origem em autos de infração lavrados pela Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, visando à cobrança do ISSQN, no montante de R\$ 257.174 mil, sendo certo que todos os autos de infração indicados estão 'sub judice' e os respectivos juízos devidamente garantidos.



d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais	61.759	59.253
Demandas cíveis	159	159
Total	61.918	59.412

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2019 e 31.12.2018 não havia registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.

17 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		715.897	1.377.805	1.150.561
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ganho/(Perda) não realizado sobre ativos financeiros disponíveis para venda	12.d	1.024	2.415	270
Efeitos tributários	12.d	(438)	(1.033)	(116)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		716.483	1.379.187	1.150.715

18 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A BB DTVM considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- a) Risco Operacional;
- b) Risco de Estratégia;
- c) Risco de Reputação;
- d) Risco de Segurança da Informação e Cibernética;
- e) Risco de Liquidez;
- f) Risco de Mercado;
- g) Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da empresa decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.



A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), fórum composto por Diretores.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk (VaR)* para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na BB DTVM, o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética.

Usufruimos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

b) Gerenciamento de Capital

É de responsabilidade do Controlador o gerenciamento de capital do conglomerado prudencial, no qual a BB DTVM está incluída, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretoria e aos Acionistas da
BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de fevereiro de 2019, sem modificações.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração individual do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB DTVM, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB DTVM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da BB DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do CA, todos independentes, e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Nesse contexto, os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) é responsável pela auditoria dos fundos de investimentos administrados pela BB DTVM.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria, em cumprimento ao seu plano de trabalho, realizou regularmente reuniões internas, com o CA e Diretoria da Empresa, auditorias interna e independente, Banco Central do Brasil (Bacen), e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da empresa.

Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud e efetuou recomendações à administração nas situações em que identificou oportunidades de melhorias.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.



Realizou reuniões periódicas com a Unidade para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais pontos de atenção, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Conheceu os trabalhos realizados e acompanhou o cumprimento das recomendações emitidas.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, verifica, previamente à contratação para prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado, a existência de conflitos.

O Comitê realizou reuniões com a Deloitte e a KPMG com o objetivo de conhecer e acompanhar os planejamentos, avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados e examinar suas conclusões e recomendações. Os planos de ação são acompanhados pelo Coaud.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de supervisão e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela área de controles internos e conformidade da BB DTVM, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com atribuição estabelecida pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador e recomenda melhorias nos processos operacionais à administração.

O Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

VIII. Exposição de risco

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

IX. Demonstrações contábeis

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e do auditor independente. Avalia a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Bacen.

Examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2019.

X. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Comitê elaborou pareceres ao Conselho de Administração da BB DTVM em relação aos seguintes temas: políticas específicas de gerenciamento de risco de crédito, de segurança da informação e cibernética e as associadas ao risco operacional, plano anual de auditoria interna.

Não há registro de recomendações pendentes de implementação de períodos anteriores.



XI. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da BB DTVM e objeto de atenção por parte da administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Empresa de Auditoria atua com efetividade e independência;
- d) as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e as condições de mercado;
- e) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- f) as demonstrações contábeis de 31/12/2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2020.

Antônio Carlos Correia

Luiz Spinola

Marcos Tadeu de Siqueira



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2019.

Em 18 de fevereiro de 2020.

João Pinto Rabelo Júnior (Presidente)

Rodrigo Felipe Afonso (Vice-Presidente)

Bruno Nunes Sad

George Alberto de Aguiar Soares

Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Manoel Gimenes Ruy



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis – incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício – relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 18 de fevereiro de 2020.

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)

Fernando Wandscheer de Moura Alves



DIRETORIA

PRESIDENTE

Carlos José da Costa André

DIRETORES

Aroldo Salgado de Medeiros Filho

Leonardo Silva de Loyola Reis

Marcelo Marques Pacheco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Pinto Rabelo Júnior (Presidente)

Rodrigo Felipe Afonso (Vice-Presidente)

Bruno Nunes Sad

George Alberto de Aguiar Soares

Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Manoel Gimenes Ruy

CONSELHO FISCAL

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)

Carlos Alexandre Jorge da Costa

Fernando Wandscheer de Moura Alves

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017601/O-5

541.035.920-87

BB DTVM

Demonstrações Contábeis

Exercício 2018



A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2018, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e pela Lei n.º 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas.

Somos líderes desde 1994 na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o Ranking da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Contamos com uma equipe de 292 profissionais (dotação em 31.12.2018) de alto nível de qualificação e comprometimento, e estruturamos fundos de investimento destinados aos diversos segmentos de investidores.

No Ranking Global de Administração da ANBIMA de dezembro de 2018, registramos um patrimônio líquido sob administração de R\$ 941,1 bilhões e 22,50% de participação de mercado.

Na Gestão de Recursos de Terceiros, destacamo-nos como a maior gestora do país, registrando volume total de R\$ 927,4 bilhões e *market share* de 20,83%, conforme Ranking de Gestão da ANBIMA de dezembro de 2018.

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, gerimos e administramos R\$ 52,5 bilhões em fundos Extramercado.

Deste modo, encerramos 2018 com um volume total de R\$ 993,6 bilhões em recursos de terceiros administrados, o que equivale a um crescimento de 2,58%, em relação primeiro semestre do ano (R\$ 968,6 bilhões).

I. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Enquanto subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adotamos as melhores práticas de governança. Possuímos Conselho de Administração próprio, com participação de membros independentes e representante dos empregados, e nossa Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Possuímos, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão e utilizamos, por compartilhamento, a estrutura de Auditoria Interna do BB S.A.

Por decisões das Assembleias Gerais de Acionista de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderimos aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e de Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN n.º 3.198/2004, CMN n.º 3.921/2010, Decreto n.º 8.942/2016 e CMN n.º 4.557/2017, respectivamente.

Adotamos o modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, e contamos com comitês internos de instâncias deliberativas. Acreditamos que decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades. Dentre os comitês, destacamos a instituição do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos, visando identificar e analisar riscos e definir ações de controle e monitoramento, o que reduz a probabilidade de que um evento negativo impacte os objetivos da BB DTVM.

Nosso compromisso com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador, é reforçado por meio da adoção das boas práticas de governança e monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos nossos negócios e atividades, incluindo as políticas da empresa.

Aderimos, em 27.10.2016, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – *Stewardship*, reforçando o compromisso da BB DTVM com a Governança Corporativa dos Fundos. Esse Código pode ser considerado um código de melhores práticas para Investidores Institucionais e tem como objetivo incentivar a maior diligência nas questões qualitativas das empresas investidas, bem como dar mais transparência a esse processo.



Em 2018, aprovamos a Estratégia Corporativa da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., para o período 2019-2023, alinhada à Estratégia Corporativa do Banco do Brasil. A Estratégia Corporativa representa as diretrizes que implementaremos, enfatizando sempre o Propósito de “prover soluções em investimentos, gerando valor às pessoas”.

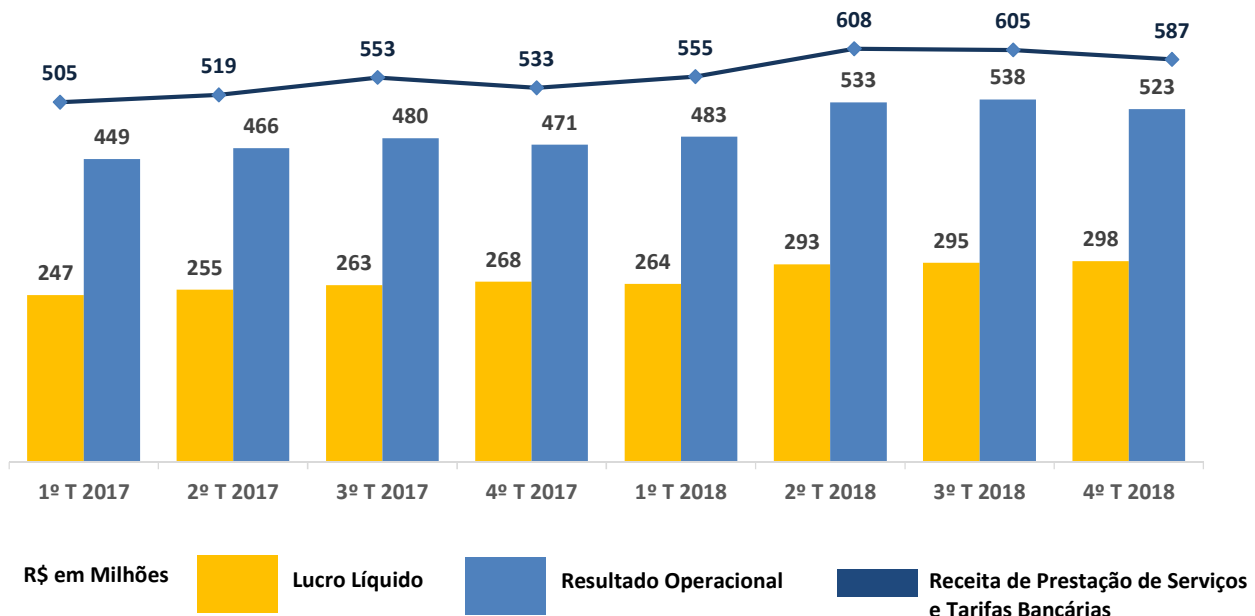
Atingimos a nota máxima no Indicador de Governança IG-Sest, atestando o Nível 1 de qualidade de governança da empresa em um universo de 47 empresas estatais de controle direto da União. Em 2018, também obtivemos o percentual de 94% no Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU), o que nos posiciona no estágio “aprimorado” de Grau de Maturidade da Prática de Governança, estágio atingido por menos de 45 empresas num total de 498 órgãos e entidades avaliados.

Em atendimento ao disposto nas Leis 12.846/13 “Lei Anticorrupção Brasileira” e 13.303/16 “Lei das Estatais”, fortalecemos a governança da BB DTVM. No primeiro semestre de 2018, foram aprovados pelo Conselho de Administração: (i) o Programa de Integridade, (ii) a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, (iii) as Políticas Específicas de Divulgações de Informações, Governança Corporativa, Participações Societárias, Remuneração ao Acionista e Transações com Partes Relacionadas e (iv) Adesão ao Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil S.A.

II. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Encerramos o ano de 2018 com lucro líquido de R\$ 1.150,6 milhões, resultado 11,4% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O nosso resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 2.077 milhões, contra R\$ 1.865,5 milhões no ano anterior, com incremento de 11,3%.

O lucro líquido corresponde à soma dos resultados operacional e não operacional da empresa, após o desconto de impostos e participações nos lucros. O resultado operacional representa aquilo que a empresa lucrou com suas atividades de intermediação financeira, já deduzidas as despesas tributárias, administrativas e outras despesas operacionais.



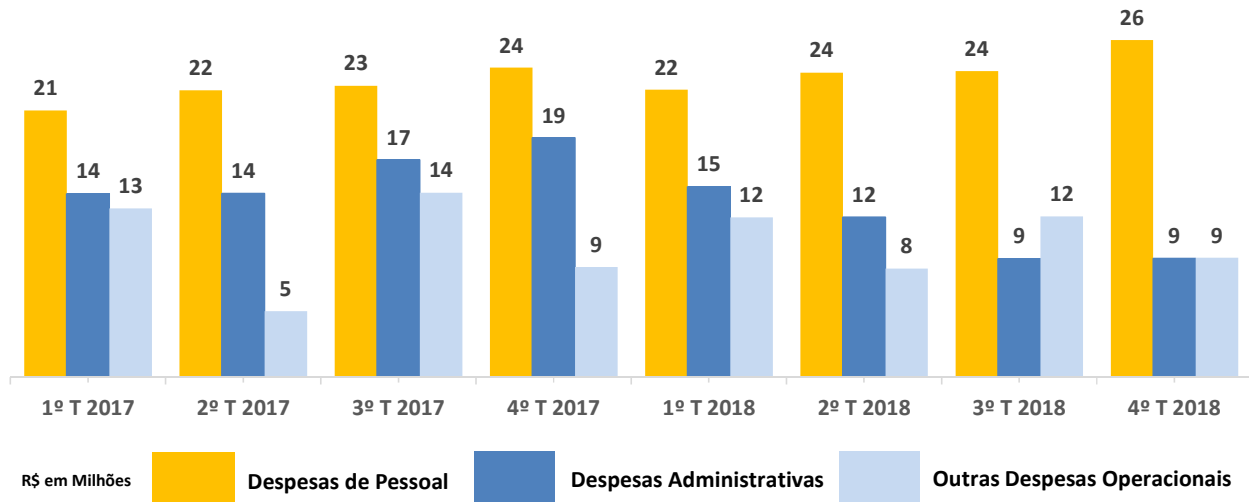
As nossas receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 2.354,7 milhões, contra R\$ 2.110,5 milhões no ano anterior, cujo aumento de 11,6% deveu-se ao incremento em nosso patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), e também à variação do valor dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras.

As despesas operacionais da empresa envolvem gastos com a manutenção de sua estrutura administrativa, a remuneração dos funcionários, entre outros dispêndios relacionados às suas operações.



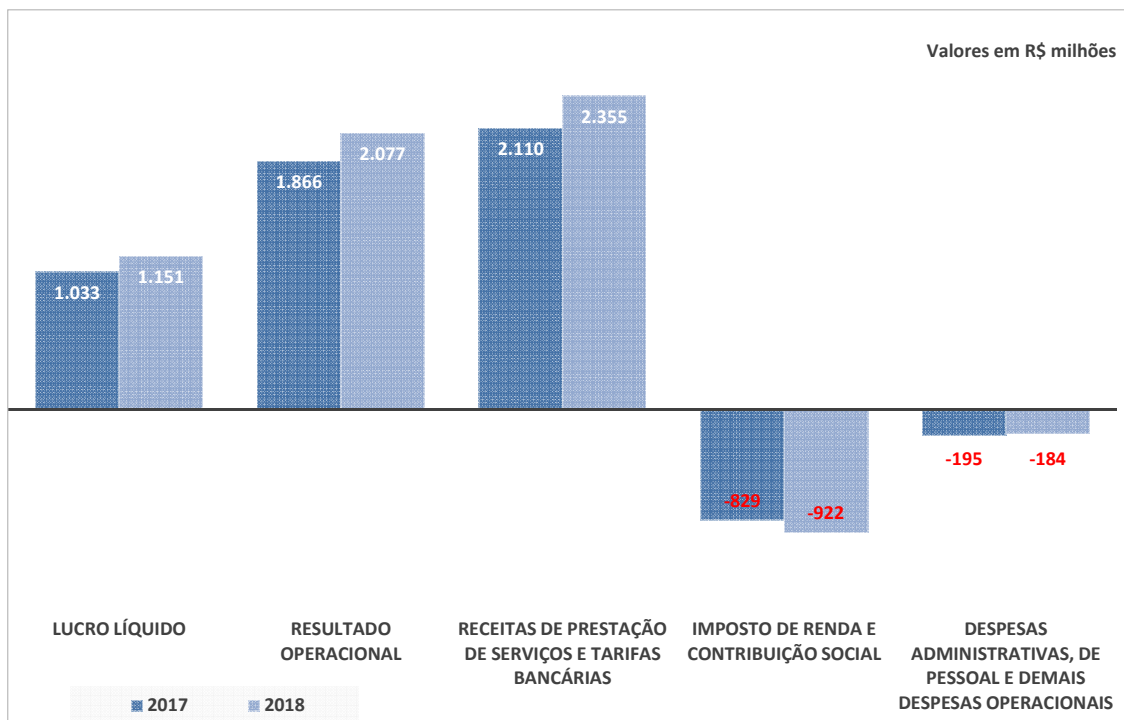
A redução das nossas despesas administrativas e operacionais, na ordem de R\$ 10,5 milhões em 2018, um decréscimo de 5,4% em relação a 2017, foi decorrente, principalmente, da redução das nossas despesas com serviços de custódia e controladoria, ocorrida ao longo do exercício. Com relação às nossas despesas de pessoal, houve um acréscimo de 7% em relação ao ano de 2017, em razão do incremento salarial decorrente da negociação coletiva ocorrida em setembro/2018.

No gráfico a seguir, temos a composição de nossas despesas operacionais:



O declínio das nossas despesas administrativas e operacionais e a evolução das nossas receitas resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas de pessoal e outras despesas administrativas, e as receitas operacionais, deduzidas das outras despesas operacionais, passando de 7,10% em 2017 para 5,95% em igual período de 2018.

O gráfico abaixo apresenta os principais componentes do resultado do biênio 2017/2018:





A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2018 como "Títulos Mantidos até o Vencimento", em conformidade com a Circular Bacen n.º 3.068/2001.

III. AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o 2º semestre de 2018, destacamos:

- a) Realizamos as ações de capacitação e apoio à força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em incremento de captação em diversos segmentos;
- b) Investimos continuamente em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos funcionários, proporcionando ações educacionais que contribuem para aumentar a competitividade no mercado e obter os melhores resultados para a empresa. Em 2018, profissionais de diferentes níveis hierárquicos e funções participaram de um total de 28.805 horas de treinamento. Contamos com 232 profissionais certificados em CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20); 48 profissionais certificados em CGA (Certificação de Gestores ANBIMA), além de 30 profissionais com isenção nessa certificação; 26 profissionais certificados em CFP (*Certified Financial Planner*); 18 profissionais certificados em CEA (Certificação de Especialista em Investimentos Anbima) e 1 funcionário certificado em CFA (*Chartered Financial Analyst*);
- c) Participamos ativamente de eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas;
- d) Realizamos eventos exclusivos com clientes de diversos segmentos com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos, criar uma experiência positiva e agradável para estes clientes e oferecer soluções em fundos de investimento adequadas às suas necessidades e expectativas.

– Premiações:

- a) **Ranking Melhor Banco para Investir** – Site FGV – 1º Colocado na Categoria Varejo Seletivo, 2º Colocado em Fundos Multimercado e 3º Colocado em Fundos de Ações;
- b) **Ranking Melhores Fundos para Institucionais** – Revista Investidor Institucional (Edição 301 – março/2018) – 14 fundos considerados excelentes e 13 fundos considerados adequados;
- c) **Ranking TOP Asset – Revista Investidor Institucional** (Edição 302 – abril/2017) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Recursos Provenientes de Fundos de Pensão, weGov/Fdos Governamentais, Previdência Aberta, Varejo, Capitalização, Fundos Exclusivos e FIDCs;
- d) **Ranking Finanças Mais** – O Estado de São Paulo – Anuário Empresas Mais (O Estado de São Paulo – Junho/2018) – 3º colocado na categoria Distribuidoras;
- e) **Ranking Melhores Fundos para Institucionais** – Revista Investidor Institucional (Edição 306 – agosto/2018) – 12 fundos considerados excelentes e 19 fundos considerados adequados;
- f) **Ranking TOP Asset** – Revista Investidor Institucional (Edição 308 – outubro/2017) – Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos de Pensão, Recursos de Governo e Recursos de Varejo;
- g) **Ranking Guia Exame de Fundos** – Revista Exame (Edição 1175 de 12/12/2018) – Melhor Gestor de Fundos Renda Fixa; 2º Melhor Gestor de fundos Varejo Seletivo; 3º Melhor Gestor nas categorias Fundos de Ações, Multimercado, Fundos para Varejo e Fundos para Atacado.

– Certificações:



- a) Desde 2006, possuímos o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco *Moody's* América Latina. Em 2018, a *Moody's* revalidou o que temos práticas e procedimentos de gestão de risco e controle excelentes, tanto no nível dos fundos como no nível da companhia. Ainda segundo a *Moody's*, o desempenho dos fundos de investimento geridos por nós tem sido sólido e os fundos tiveram forte retorno ajustado ao risco e têm atingido seus objetivos de risco e retorno de uma maneira consistente. Considerou nossa infraestrutura de investimentos excelente, com gestão de portfólio em tempo real, controle de riscos, sistemas de *compliance*, estrutura organizacional com segregação bem definida de funções e a atribuição apropriada de responsabilidades e de linhas de reporte;
- b) Em 2018, a *Fitch Ratings* reafirmou a nota "Excelente", considerada máxima em uma escala de 5 níveis, atestando que a estrutura operacional e a capacidade de nossa gestão de ativos são consideradas robustas, comparadas às melhores práticas adotadas pelos gestores de recursos internacionais. Destacamos ainda a forte capacidade de geração de receitas e a alta qualificação e experiência dos profissionais;
- c) Desde 2012, o nosso processo de análise de risco de crédito possui a "[Certificação Internacional ISO 9001](#)" para seu Sistema de Gestão da Qualidade, um dos mais renomados títulos em qualidade de serviços. A certificação foi renovada em 2018, pela Fundação Vanzolini, com migração para a norma ISO 9001:2015.

– Novos Produtos:

- a) No segundo semestre de 2018, lançamos 42 fundos: 19 para o segmento Private, 12 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 5 para Corporate; 4 para Varejo Alta Renda e 2 para Varejo;
- b) Destacamos, entre os lançamentos de novos fundos realizados neste semestre, três fundos espelho para o Varejo Alta Renda, que possibilitaram o acesso a estratégias de gestores externos para os clientes desse segmento e encerraram o ano somando um patrimônio total de R\$ 149,0 milhões;
- c) Cabe destacar, também, a criação de três fundos de ações, para os segmentos Private, Varejo e clientes Institucionais, cujo foco é investir em ações que promovam a equidade de gênero e a ampliação da participação feminina em cargos de liderança, signatárias do *Women's Empowerment Principals - WEP*, uma iniciativa da ONU Mulheres. Juntos, esses fundos encerraram o ano de 2018 com patrimônio líquido total de R\$ 136,7 milhões;
- d) Para o segmento Corporate, foram lançados cinco novos fundos exclusivos, que somaram R\$ 3,2 bilhões de patrimônio líquido, no ano.

IV. SUSTENTABILIDADE

Alinhados aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas.

Participamos do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, participamos do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima, criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Em outubro de 2016, aderimos ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - *Stewardship*, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), que tem como objetivo iniciar um processo de mudança de cultura de gestão e propriedade de valores mobiliários ao longo do tempo, promovendo a adoção de boas práticas de governança corporativa.

Reconhecemos os padrões de Melhores Práticas de Governança como forma de melhoria do ambiente de negócios e geração de valor de longo prazo para as companhias e todas as suas partes interessadas em nosso processo de avaliação de investimentos. Assim, em nossos processos de avaliação dos ativos investidos pelos Veículos de Investimento, buscamos uma combinação de retornos financeiros com a governança corporativa, de acordo com princípios de *ESG* (*Environmental, Social and Governance*).



Quanto ao Exercício de Direito de Voto em Assembleias pelos Veículos de Investimento, seguimos as práticas definidas pelo Código da Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, no que tange à avaliação das matérias relevantes obrigatórias. Em alguns casos, de forma excepcional e sempre no interesse do cotista, avaliamos itens considerados como não obrigatórios, como, por exemplo, remuneração dos administradores.

Possuímos, também, metodologia própria para a habilitação dos candidatos indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal, influenciando ativamente na melhoria de governança das companhias investidas pelos Veículos de Investimento.

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.327, em junho de 2015, aderimos à Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil.

Assinamos a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o *The Generation Foundation*. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Também em 2016, a BB DTVM promoveu uma revisão na metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) em suas análises em função das diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área.

Ao término de 2017, a metodologia foi novamente revisada a fim de que o resultado da análise passasse a influenciar diretamente nas decisões de limite de crédito de Dívida Corporativa. Assim, todos os limites de emissores corporativos já são impactados da análise ASG.

Atualmente, administramos oito fundos de investimento com características ASG.

O BB Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais.

O fundo BB Multimercado Global *Acqua LP Private* prioriza em sua carteira de ativos empresas que tratem ou beneficiem a água em seu processo produtivo.

O BB Previdenciário Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da B3.

Os fundos BB Ações Equidade Private e BB Ações Equidade buscam agregar na construção da estratégia de investimento a temática da equidade de gênero, utilizando como critério de elegibilidade a adesão das empresas ao WEP da ONU, além da análise que leva em consideração as dimensões ambiental, social e de governança, além de critérios de equidade, como a participação de mulheres em cargos de gerência, executivos e no conselho de Administração.

O BB Multimercado VITA *Private* traz para a estratégia de gestão da carteira as temáticas de longevidade e qualidade de vida.

O BB Ações ISE Jovem, com carteira composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais, destinando 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, cujos recursos são direcionados exclusivamente para as ações do “Programa Água Brasil”, em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas – ANA.

O BB Ações Carbono Sustentabilidade acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e pela B3, composto por ações das companhias participantes do IBrX-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.



A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

Fundos Socioambientais PL (R\$ milhões)		
Fundo	31.12.2018	29.12.2017
BB Referenciado DI Social 50	643,0	754,9
BB Multi Global Acqua LP Private FI	258,6	385,3
BB MM LP Global Vita Private FI	139,8	156,2
BB Previdenciário Ações Governança	360,1	218,5
BB Ações ISE Jovem FIC	9,2	8,7
BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA	3,9	4,1
BB Ações Equidade FIC	8,7	-
BB Ações Equidade Private FIC	128,0	-
Total	1.551,3	1.527,8

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

V. GESTÃO DE RISCOS

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez, crédito, operacional, estratégia, reputação e segurança da informação - inerente aos seus produtos e serviços.

Risco de Mercado

Utilizamos, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value at Risk* ou *VaR*) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, Orçamento de *VaR*, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo utilizamos a métrica de *LVaR*. Referida métrica, similar ao *VaR* (*Value at Risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Riscos.

Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela nossa equipe de Análise de Crédito, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.



As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas em manual interno de Gestão de Risco de Crédito, aprovado pela nossa Diretoria Executiva, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Fundos, órgão colegiado formado por seis executivos, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos nossos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização do risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

Para a gestão do risco de crédito do portfólio utilizamos a métrica Grau de Especificidade de Ativos (GEA), que incorpora os fatores de risco prazo, Índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH), rating e participação no patrimônio líquido do fundo, visando capturar possíveis impactos no curso natural da qualidade de crédito que se busca atender.

A mensuração do Risco de Crédito é realizada considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes nas carteiras de crédito dos fundos de investimento que possam ser avaliados, que possibilitem a manutenção consistente de seus históricos mensais de avaliação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a métrica de cálculo do Risco de Crédito considera nula ou inexistente sua participação no resultado da mensuração.

A avaliação qualitativa do risco de crédito em condições de estresse, para os ativos do fundo, é realizada mediante aplicação de parâmetros de choque definidos sobre o rating dos instrumentos do emissor mais concentrado, os quais refletem situações de redução da qualidade de sua classificação de risco.

Riscos Corporativos

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Gerimos o Risco de Segurança da Informação, estabelecendo diretrizes que objetivam assegurar aos processos, produtos e serviços desenvolvidos na organização, controles eficazes na preservação dos atributos da segurança da informação nas etapas do ciclo PDCA do Sistema de Gestão da Segurança da Informação – SGSI.

Gerimos os Riscos de Estratégia e de Reputação na BB DTVM utilizando a abordagem por indicadores. Essa abordagem reflete o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma das suas dimensões e está alinhada ao Planejamento Estratégico e ao Plano Diretor da companhia. Os indicadores de controle possuem limites para monitorarmos seu cumprimento e assegurarmos o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Os Riscos Corporativos são reportados aos Comitês de Gestão de Riscos e Controles Internos da BB DTVM e ao Conselho de Administração da empresa.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		1.760.651	1.600.610
Disponibilidades	4	1.991	2.133
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.363.154	1.227.188
Aplicações no mercado aberto	5.a	1.363.154	1.227.188
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		24.270	20.725
Carteira própria	6.a	24.270	20.725
Outros Créditos		370.951	350.186
Rendas a receber	7.a	27.316	28.074
Negociação e intermediação de valores	7.b	226.634	205.121
Diversos	7.c	117.165	117.155
(Provisão para outros créditos)	7.d	(164)	(164)
Outros Valores e Bens		285	378
Despesas antecipadas		285	378
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.733	7.264
Outros Créditos		7.733	7.264
Diversos	7.c	8.468	8.004
(Provisão para outros créditos)	7.d	(735)	(740)
PERMANENTE		39.637	33.794
Investimentos	8	39.637	33.794
Outros investimentos		46.575	39.377
(Provisão para perdas)		(6.938)	(5.583)
TOTAL DO ATIVO		1.808.021	1.641.668



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		1.675.324	1.509.304
Outras Obrigações		1.675.324	1.509.304
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.514	7.383
Sociais e estatutárias	9.a	594.055	530.889
Fiscais e previdenciárias	9.b	827.865	745.213
Negociação e intermediação de valores	9.c	227.038	205.255
Diversas	9.d	18.852	20.564
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		905	726
Outras Obrigações		905	726
Sociais e estatutárias	9.a	905	726
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.792	131.638
Capital		109.699	109.699
De domiciliados no País	12.a	109.699	109.699
Reserva de Capital	12.b	1.224	979
Reserva de Lucros	12.b	21.939	21.939
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.d	154	--
(Ações em Tesouraria)	12.e	(1.224)	(979)
TOTAL DO PASSIVO		1.808.021	1.641.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		35.381	58.840	75.151
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	35.381	58.840	75.151
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6)	5	36
Constituição/Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(6)	5	36
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		35.375	58.845	75.187
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		1.025.427	2.018.180	1.790.354
Receitas de prestação de serviços	10.a	847.067	1.674.538	1.493.068
Rendas de tarifas bancárias	10.b	345.310	680.200	617.389
Despesas de pessoal	10.c	(49.973)	(95.970)	(89.707)
Outras despesas administrativas	10.d	(18.433)	(45.672)	(64.027)
Despesas tributárias	12.c	(82.249)	(160.995)	(144.854)
Outras receitas operacionais	10.e	5.466	8.699	19.599
Outras despesas operacionais	10.f	(21.761)	(42.620)	(41.114)
RESULTADO OPERACIONAL		1.060.802	2.077.025	1.865.541
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	11	(1.300)	(1.300)	(1.500)
Despesas não operacionais		(1.300)	(1.300)	(1.500)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.059.502	2.075.725	1.864.041
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.a	(465.432)	(922.490)	(829.339)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(465.029)	(922.895)	(828.797)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(403)	405	(542)
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(920)	(2.674)	(1.635)
LUCRO LÍQUIDO		593.150	1.150.561	1.033.067
LUCRO POR AÇÃO				
Número de ações		100.000.000	100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R\$)		5,93	11,51	10,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
				Legal				
Saldos em 31.12.2016		109.699	1.104	21.939	(9)	(1.104)	--	131.629
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	9	--	--	9
Transações com pagamento baseado em ações		--	(125)	--	--	125	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	1.033.067	1.033.067
Destinações: - Dividendos (R\$ 10.330,67 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.033.067)	(1.033.067)
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Mutações do exercício		--	(125)	--	9	125	--	9
Saldos em 30.06.2018		109.699	1.224	21.939	17	(1.224)	--	131.655
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	137	--	--	137
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	593.150	593.150
Destinações: - Dividendos (R\$ 5.931,50 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(593.150)	(593.150)
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	154	(1.224)	--	131.792
Mutações do período		--	--	--	137	--	--	137
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	154	--	--	154
Transações com pagamento baseado em ações		--	245	--	--	(245)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	1.150.561	1.150.561
Destinações: - Dividendos (R\$ 11.505,61 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.150.561)	(1.150.561)
Saldos em 31.12.2018		109.699	1.224	21.939	154	(1.224)	--	131.792
Mutações do exercício		--	245	--	154	(245)	--	154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.059.502	2.075.725	1.864.041
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.144	3.158	510
Reforço (Reversão) de provisões operacionais	6	(5)	(36)
Reversão de provisões operacionais - RVA	--	--	(717)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	1.355	1.355	767
Reforço (Reversão) de provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(1.517)	508	(1.004)
Perdas em ações e cotas	1.300	1.300	1.500
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.060.646	2.078.883	1.864.551
Variações Patrimoniais			
(Aumento) Redução em títulos para negociação	(46.424)	(810.120)	(720.988)
(Aumento) Redução em outros créditos	18.605	20.725	(20.725)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	48.348	(20.823)	(156.798)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(35)	93	16
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(60.258)	(806.134)	(645.666)
Aumento (Redução) de outras obrigações	(53.084)	(3.981)	102.185
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.014.222	1.268.763	1.143.563
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Baixa/Alienação de títulos disponíveis para venda	(9.103)	(24.116)	30
Baixa/Alienação de títulos mantidos até o vencimento	--	--	6.657
Aquisição de investimentos	(8.498)	(8.498)	(9.094)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(17.601)	(32.614)	(2.407)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(563.481)	(1.100.325)	(939.520)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(563.481)	(1.100.325)	(939.520)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	433.140	135.824	201.636
Início do período	932.005	1.229.321	1.027.685
Fim do período	1.365.145	1.365.145	1.229.321
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	433.140	135.824	201.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017			
RECEITAS		1.220.764	2.399.732	2.180.911			
Prestação de serviços e tarifas bancárias	10.a e 10.b	1.192.377	2.354.738	2.110.458			
Intermediação financeira	6.b	35.381	58.840	75.151			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão / (constituição)	7.d	(6)	5	36			
Outras receitas / (despesas)		(6.988)	(13.851)	(4.734)			
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(26.573)	(62.122)	(77.061)			
Serviços do sistema financeiro	10.d	(3.678)	(19.784)	(39.717)			
Comunicações	10.d	(4.069)	(7.712)	(6.865)			
Transporte	10.d	(1.270)	(2.176)	(1.527)			
Manutenção e conservação de bens	10.d	(418)	(811)	(788)			
Materiais, energia e outros		(456)	(876)	(733)			
Serviços de terceiros		(26)	(55)	(44)			
Suporte operacional BB		(10.606)	(21.369)	(18.283)			
Outros		(6.050)	(9.339)	(9.104)			
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.194.191	2.337.610	2.103.850			
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.194.191	2.337.610	2.103.850			
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.194.191	100,00%	2.337.610	100,00%	2.103.850	100,00%
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.194.191	100,00%	2.337.610	100,00%	2.103.850	100,00%
PESSOAL		44.539	3,73%	85.618	3,66%	78.630	3,74%
Proventos e honorários		31.825		60.371		56.172	
Benefícios e treinamentos		4.278		8.041		7.500	
FGTS		2.012		3.971		3.718	
Participação de administradores no lucro		920		2.674		1.635	
Outros encargos		5.504		10.561		9.605	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		554.033	46,39%	1.096.509	46,91%	986.903	46,91%
Federais		529.052		1.048.070		944.520	
Municipais		24.981		48.439		42.383	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		2.469	0,21%	4.922	0,21%	5.250	0,25%
Aluguéis	10.d	2.469		4.922		5.250	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		593.150	49,67%	1.150.561	49,22%	1.033.067	49,10%
Lucro retido		593.150		1.150.561		1.033.067	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM ou Instituição) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A BB DTVM aplicou o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que não é conflitante com as normas do Bacen.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21.02.2019.



3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 6) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.



As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 7.d).

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 13.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 8).

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado, em Outras Despesas Operacionais.

Com a finalidade de aderência ao teste de imparidade, a BB DTVM elaborou metodologia específica para a aplicação nos certificados de investimento audiovisuais (CAV). Tal metodologia foi elaborada internamente principalmente em razão da



ausência de referências no mercado e tem, como foco central, o ciclo de vida dos certificados e os possíveis benefícios por eles gerados.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 16).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.



4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	1.991	2.133
Depósitos bancários	1.991	2.133
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.363.154	1.227.188
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	1.363.154	1.227.188
Total	1.365.145	1.229.321

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar – posição bancada	1.363.154	1.227.188
Letras Financeiras do Tesouro	1.173.140	1.227.188
Notas do Tesouro Nacional	190.014	--
Total	1.363.154	1.227.188
Ativo circulante	1.363.154	1.227.188

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de Aplicações Compromissadas	34.351	59.930	81.088
Posição bancada	34.351	59.930	81.088
Total	34.351	59.930	81.088



6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em Dias	31.12.2018					31.12.2017		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Títulos para Negociação	--	--	--	--	--	20.000	20.725	725
Títulos Privados	--	--	--	--	--	20.000	20.725	725
Cotas de fundos de investimento	--	--	--	--	--	20.000	20.725	725
Títulos Disponíveis para Venda	24.270	--	24.000	24.270	270	--	--	--
Títulos Privados	24.270	--	24.000	24.270	270	--	--	--
Cotas de fundos de investimento	24.270	--	24.000	24.270	270	--	--	--
Total	24.270	--	24.000	24.270	270	20.000	20.725	725

Vencimento em Dias	31.12.2018					31.12.2017		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Por Carteira	24.270	--	24.000	24.270	270	20.000	20.725	725
Carteira própria	24.270	--	24.000	24.270	270	20.000	20.725	725

Vencimento em Anos	31.12.2018				31.12.2017			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado
Por Categoria	24.270	--	24.000	24.270	20.725	--	20.000	20.725
Títulos para negociação	--	--	--	--	20.725	--	20.000	20.725
Títulos disponíveis para venda	24.270	--	24.000	24.270	--	--	--	--

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por Carteira	24.270	--	24.270	20.725	--	20.725
Carteira própria	24.270	--	24.270	20.725	--	20.725

Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2018		31.12.2017	
Total por Categoria	24.270	100%	20.725	100%
Títulos para negociação	--	--	20.725	100%
Títulos disponíveis para venda	24.270	100%	--	--



Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	Administrador	31.12.2018		31.12.2017	
		Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos para Negociação					
BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição FICFI	BB DTVM	--	--	--	10.493
BB DTVM MM Multiestratégia LP DISTR FICFI	BB DTVM	--	--	--	10.232
Total		--	--	--	20.725
Títulos Disponíveis para Venda					
BB Previdenciário Ações Valor FICFI	BB DTVM	5.000.000	5.000	5.302	--
BB Espelho MM Gávea Macro Estilo	BB DTVM	3.000.000	3.000	2.960	--
BB Espelho MM Bahia AM Marau Estilo	BB DTVM	3.000.000	3.000	3.071	--
BB Espelho MM SPX Nimitz Estilo	BB DTVM	3.000.000	3.000	2.905	--
BB RF LP Crédito Privado Estilo	BB DTVM	10.000.000	10.000	10.032	--
Total		24.000.000	24.000	24.270	--
Títulos Mantidos até o Vencimento					
FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura (1)	BB DTVM	5.742	--	--	--
Total		5.742	--	--	--

(1) FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura teve o saldo integralmente desvalorizado em 30.09.2017.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	34.351	59.930	81.088
Aplicações em fundos de investimento	1.030	(1.090)	(5.937)
Total	35.381	58.840	75.151

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários em 31.12.2018 e 31.12.2017.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31.12.2018 e 31.12.2017.

e) Determinação do Valor Justo

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001. A apuração do valor justo dos títulos é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

f) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Instituição são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente



disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Instituição estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2018			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	24.270	--	24.270	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	24.270	--	24.270	--

	31.12.2017			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	20.725	--	20.725	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	20.725	--	20.725	--

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de administração mensal de fundos	10.251	5.639
Taxa de administração diária de fundos	8.456	7.793
Bônus de <i>performance</i>	4.393	5.607
Taxa de administração de carteiras	1.674	1.687
Distribuição de cotas	1.371	695
Taxa de administração de fundos - outros bancos	1.062	6.507
Taxa de administração de fundos <i>offshore</i>	109	146
Total	27.316	28.074
Ativo circulante	27.316	28.074

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2018	31.12.2017
Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	226.634	205.121
Total	226.634	205.121
Ativo circulante	226.634	205.121

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.



c) Diversos

	31.12.2018	31.12.2017
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾ (Nota 16.d)	59.412	56.734
Impostos e contribuições a compensar ⁽²⁾	43.366	41.989
Valores a receber de sociedades ligadas	12.846	13.280
Ativo fiscal diferido – crédito tributário (Nota 13.d)	7.633	7.170
Devedores diversos – País	1.542	5.152
Opções por incentivos fiscais	834	834
Total	125.633	125.159
Ativo circulante	117.165	117.155
Ativo realizável a longo prazo	8.468	8.004

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

(2) Inclui o valor de R\$ 23.463 mil (R\$ 21.406 mil em 31.12.2017) referente à ativação de imposto de renda (indébito tributário do ILL), decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

d) Movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Característica de Concessão de Crédito

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	(893)	(904)	(940)
Reforço/Reversão	(6)	5	36
Saldo Final ⁽¹⁾	(899)	(899)	(904)
Ativo circulante	(164)	(164)	(164)
Ativo realizável a longo prazo	(735)	(735)	(740)

(1) Provisão constituída, principalmente, em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor - R\$ 735 mil (R\$ 740 mil em 31.12.2017), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam.

8 - INVESTIMENTOS

	31.12.2018	31.12.2017
Certificados de investimento	44.556	37.358
Ações e cotas ⁽¹⁾	2.000	2.000
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Subtotal	46.575	39.377
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(6.938)	(5.583)
Total	39.637	33.794

(1) Refere-se a aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB).



9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2018	31.12.2017
Dividendos e bonificações a pagar	593.150	530.163
Provisão para participações nos lucros	1.427	1.122
Gratificações e participações a pagar	383	330
Total	594.960	531.615
Passivo circulante	594.055	530.889
Passivo exigível a longo prazo	905	726

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2018	31.12.2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	781.683	699.862
Impostos e contribuições a recolher ⁽¹⁾	46.009	45.351
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 13.e)	173	--
Total	827.865	745.213
Passivo circulante	827.865	745.213

(1) Inclui o valor de R\$ 15.712 mil (R\$ 16.945 mil em 31.12.2017) relativo ao Imposto de Renda retido na fonte sobre os ganhos auferidos pelos cotistas dos fundos de investimento.

c) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2018	31.12.2017
Credores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	226.565	204.704
Credores – liquidações pendentes – outros ⁽²⁾	473	551
Total	227.038	205.255
Passivo circulante	227.038	205.255

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outros.



d) Diversas

	31.12.2018	31.12.2017
Valores a pagar a sociedades ligadas	12.118	14.276
Provisão para contingências - trabalhistas (Nota16.b)	243	--
Provisão para contingências - fiscais (Nota16.b)	5.975	5.599
Provisão para contingências - cíveis (Nota16.b)	260	371
Credores diversos - País	241	311
Provisão para pagamentos a efetuar	15	7
Total	18.852	20.564
Passivo circulante	18.852	20.564

10 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Administração de fundos de investimento ⁽¹⁾	802.330	1.588.962	1.423.634
Fundos de rede	590.145	1.166.776	1.050.477
Fundos exclusivos	202.935	403.575	353.781
Fundos extramercado	8.242	16.608	17.835
Fundos de capital estrangeiro	1.008	2.003	1.541
Serviços prestados a ligadas	12.674	24.190	21.550
Administração de carteiras	10.728	20.923	20.276
Distribuição de cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	9.177	17.304	10.471
Bônus de <i>performance</i>	5.671	9.920	15.172
Taxa de saída	5.020	9.752	--
Gestão de fundos de investimento	1.254	2.919	1.476
Taxa de rebate	--	119	209
Outras	213	449	280
Total	847.067	1.674.538	1.493.068

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de serviços diferenciados – pessoas físicas	345.310	680.200	617.389
Total	345.310	680.200	617.389

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Proventos	(29.492)	(56.259)	(52.826)
Encargos sociais	(13.870)	(27.559)	(26.036)
Benefícios	(3.587)	(6.987)	(6.780)
Honorários	(2.035)	(3.590)	(2.943)
Outras	(989)	(1.575)	(1.122)
Total	(49.973)	(95.970)	(89.707)



d) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(3.678)	(19.784)	(39.717)
Comunicações	(4.069)	(7.712)	(6.865)
Aluguéis	(2.469)	(4.922)	(5.250)
Contribuições filantrópicas ⁽²⁾	(2.751)	(4.296)	(4.324)
Transporte	(1.270)	(2.176)	(1.528)
Condomínio	(887)	(1.684)	(1.566)
Serviços técnicos especializados	(853)	(1.193)	(775)
Promoções e relações públicas	(936)	(1.015)	(1.318)
Manutenção e conservação de bens	(418)	(811)	(788)
Água, energia e gás	(362)	(675)	(604)
Processamento de dados	(196)	(327)	(266)
Outras	(544)	(1.077)	(1.026)
Total	(18.433)	(45.672)	(64.027)

(1) Referem-se, principalmente, à despesa de custódia e controladoria.

(2) Doações a projetos sociais coordenados pela Fundação Banco do Brasil (FBB).

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Devedores por depósitos em garantia	1.333	2.678	3.912
Reversão/Baixa de provisões para contingências (Nota 16.b)	2.147	2.477	2.656
Indébito tributário - ILL ⁽¹⁾	894	2.057	2.055
Reversão de provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	1.040	1.040	1.200
Reversão de provisões operacionais - RVA	--	--	717
Taxa contratual de resgates antecipados	--	--	7.859
Outras	52	447	1.200
Total	5.466	8.699	19.599

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário – ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Banco do Brasil – suporte operacional	(10.606)	(21.369)	(18.283)
Variações monetárias passivas ⁽¹⁾	(6.233)	(12.914)	(15.858)
Provisão para contingências (Nota 16.b)	(631)	(2.985)	(1.652)
Provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	(2.395)	(2.395)	(1.967)
Patrocínio à cultura	(1.450)	(2.100)	(2.500)
Contribuições a entidades de classe	(289)	(606)	(583)
Outras	(157)	(251)	(271)
Total	(21.761)	(42.620)	(41.114)

(1) Referem-se principalmente à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.

11 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas não Operacionais	(1.300)	(1.300)	(1.500)
Prejuízo em ações e cotas	(1.300)	(1.300)	(1.500)
Total	(1.300)	(1.300)	(1.500)



12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 109.699 mil, em 31.12.2018 e 31.12.2017, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R\$ 131.792 mil (R\$ 131.638 mil em 31.12.2017) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1,32 por ação (R\$ 1,32 em 31.12.2017). O lucro por ação foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo número de ações ordinárias totais.

b) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2018	31.12.2017
Reserva de Capital	1.224	979
Transações com pagamento baseado em ações	1.224	979
Reserva de Lucros	21.939	21.939
Reserva legal	21.939	21.939

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro Líquido do Período	593.150	1.150.561	1.033.067
Base de Cálculo	593.150	1.150.561	1.033.067
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	148.288	287.641	258.267
Dividendo adicional	444.862	862.920	774.800
Total Destinado ao Acionista	593.150	1.150.561	1.033.067
Saldo do Lucro Líquido após Destinações	--	--	--

Os dividendos por ação são calculados por lote de mil ações, baseado no valor destinado semestralmente para distribuição, dividindo-se o saldo pelo número de ações ordinárias totais.

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	2º Semestre/2018			2º Semestre/2017		
	30.06.2018 Saldo	Movimentação	31.12.2018 Saldo	30.06.2017 Saldo	Movimentação	31.12.2017 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios ⁽¹⁾	29	241	270	(7)	7	--
Efeitos tributários	(12)	(104)	(116)	2	(2)	--
Total	17	137	154	(5)	5	--

(1) Em 2017 inclui investimentos oriundos de incentivos fiscais sem impactos no Imposto de Renda.



	Exercício/2018			Exercício/2017		
	31.12.2017 Saldo	Movimentação	31.12.2018 Saldo	31.12.2016 Saldo	Movimentação	31.12.2017 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios ⁽¹⁾	--	270	270	(11)	11	--
Efeitos tributários	--	(116)	(116)	2	(2)	--
Total	--	154	154	(9)	9	--

(1) Em 2017 inclui investimentos oriundos de incentivos fiscais sem impactos no Imposto de Renda.

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2018, foram adquiridas 19.073 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2017 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Também foram remarcadas 1.197 ações pertencentes ao Programa de Remuneração Variável 2012 para o Programa de 2017. Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 4.062 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.220 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015. Em abril de 2018, foram transferidas 5.412 ações relativas à 3ª parcela do Programa de 2014 e 2.078 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável de 2016.

Em março de 2017, foram adquiridas 10.397 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2016 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Para esse Programa foi realizada a transferência imediata de 2.085 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 1.973 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2012 e 5.220 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015 e, em abril de 2017, foram transferidas 4.907 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2013 e 5.412 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014.

A empresa detém 38.294 ações (40.900 ações em 31.12.2017) correspondente ao saldo de R\$ 1.224 mil (R\$ 979 mil em 31.12.2017).

f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2014	27.063	22,98	21.651	5.412	2019
Subtotal				5.412	
Programa 2015	26.109	19,92	15.669	5.220	2019
				5.220	2020
Subtotal				10.440	
Programa 2016	10.397	32,84	4.163	2.078	2019
				2.078	2020
				2.078	2021
Subtotal				6.234	
Programa 2017 ⁽¹⁾	20.270	42,65	4.062	4.052	2019
				4.052	2020
				4.052	2021
				4.052	2022
Subtotal				16.208	
Total				38.294	

(1) As 1.197 ações, adquiridas ao custo médio de R\$ 26,78, que foram marcadas como pertencentes ao Programa RVA 2012, foram destinadas para utilização no Programa RVA 2017.



13 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Valores Correntes	(465.029)	(922.895)	(828.797)
IR e CSLL no País	(465.029)	(922.895)	(828.797)
Valores Diferidos	(403)	405	(542)
Ativo Fiscal Diferido	(403)	405	(542)
Diferenças intertemporais	(403)	405	(542)
Total	(465.432)	(922.490)	(829.339)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Resultado antes dos Tributos e Participações	1.059.502	2.075.725	1.864.041
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(476.776)	(934.076)	(838.818)
Outros valores	11.344	11.586	9.479
IR e CSLL do período	(465.432)	(922.490)	(829.339)

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Cofins	(49.146)	(96.685)	(88.012)
ISSQN	(24.967)	(48.211)	(42.204)
PIS/Pasep	(7.986)	(15.711)	(14.302)
Outras	(150)	(388)	(336)
Total	(82.249)	(160.995)	(144.854)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2017	Exercício/2018		31.12.2018
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	7.170	2.349	(1.886)	7.633
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	111	9	(10)	110
Provisões passivas	2.388	940	(737)	2.591
Marcação a mercado	--	1.197	(1.139)	58
Provisão para perdas permanentes – cotas de fundos	4.389	203	--	4.592
Outras provisões	282	--	--	282
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.170	2.349	(1.886)	7.633
Imposto de Renda	3.888	1.262	(1.103)	4.047
Contribuição Social	3.282	957	(659)	3.580
Cofins	--	112	(107)	5
Pis/Pasep	--	18	(17)	1



e) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2018	31.12.2017
Decorrentes de Marcação a Mercado	173	--
Total das obrigações fiscais diferidas	173	--
Imposto de Renda	96	--
Contribuição Social	58	--
Cofins	16	--
PIS/Pasep	3	--

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2019	6	5
Em 2020	8	7
Em 2021	751	611
Em 2022	1.313	988
Em 2023	1.548	1.077
Em 2024	1.445	931
Em 2025	1.122	671
Em 2026	735	410
Em 2027	408	212
Em 2028	298	144
Total de créditos tributários em 30.06.2018	7.633	5.057

No Exercício/2018 observou-se a realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 1.886 mil.

14 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria da BB DTVM no 2º Semestre/2018 e no Exercício/2018 foram de R\$ 2.036 mil e R\$ 4.580 mil, respectivamente (R\$ 2.137 mil no 2º Semestre/2017 e R\$ 4.441 mil no Exercício/2017) e ao Conselho de Administração no 2º Semestre/2018 e no Exercício/2018 foram de R\$ 176 mil e R\$ 269 mil, respectivamente (R\$ 63 mil no 2º Semestre/2017 e R\$ 77 mil no Exercício/2017). Além disso, apesar do reduzido grau de risco a que estão sujeitos, a BB DTVM contrata seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva.

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 12.f).

A BB DTVM não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 2º Semestre/2018, a BB DTVM realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 2.751 mil e no Exercício/2018 no valor de R\$ 4.296 mil (R\$ 3.785 mil no 2º Semestre/2017 e R\$ 4.324 mil no Exercício/2017).



A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2018		
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	1.991	--	1.991
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.363.154	--	1.363.154
Taxa de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.013	1.013
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	12.846	12.846
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	593.150	--	593.150
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾ (Nota 9.d)	12.092	26	12.118
2º Semestre/2018			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	34.351	--	34.351
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	12.674	12.674
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.701	6.701
Rendas de taxas de administração de fundos exclusivos - Previ	--	5.337	5.337
Despesas tributárias	(128)	--	(128)
Despesas de pessoal	(49.436)	--	(49.436)
Despesas administrativas diversas	(10.637)	--	(10.637)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões ⁽³⁾	--	(17)	(17)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(3.289)	--	(3.289)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(10.606)	--	(10.606)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(6.233)	--	(6.233)
Outras despesas operacionais	(237)	--	(237)
Exercício/2018			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	59.930	--	59.930
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	24.190	24.190
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	13.232	13.232
Rendas de taxas de administração de fundos exclusivos - Previ	--	10.198	10.198
Despesas tributárias	(344)	--	(344)
Despesas de pessoal	(94.956)	--	(94.956)
Despesas administrativas diversas	(20.737)	--	(20.737)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões ⁽³⁾	--	(35)	(35)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(18.537)	--	(18.537)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(21.369)	--	(21.369)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(12.914)	--	(12.914)
Outras despesas operacionais	(530)	--	(530)



	31.12.2017		
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	2.133	--	2.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.227.188	--	1.227.188
Taxa de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.096	1.096
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	13.280	13.280
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	530.163	--	530.163
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾ (Nota 9.d)	14.268	8	14.276
Exercício/2017			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	81.088	--	81.088
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	21.550	21.550
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	12.913	12.913
Rendas de taxas de administração de fundos exclusivos - Previ	--	9.424	9.424
Despesas tributárias	(288)	--	(288)
Despesas de pessoal	(88.921)	--	(88.921)
Despesas administrativas diversas	(20.558)	--	(20.558)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões ⁽³⁾	--	(27)	(27)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(36.788)	--	(36.788)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(18.283)	--	(18.283)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(15.858)	--	(15.858)
Outras despesas operacionais	(560)	--	(560)

(1) O saldo de outras partes relacionadas refere-se a empresas do grupo Mapfre (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Brasilveículos, ABS Aliança do Brasil Seguros e Mapfre Vida).

(2) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e ao BAMB – Brazilian American Merchant Bank.

(3) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Securities Asia.

(4) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Banco de Investimento S.A.

15 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O quadro de pessoal da BB DTVM é composto exclusivamente por funcionários do Banco do Brasil cedidos por meio de convênio de cessão. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco e inclui o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. O Banco continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela Subsidiária de todos os custos decorrentes (Nota 14).

	31.12.2018	31.12.2017
Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A. (dotação)	292	294
Maior salário ⁽¹⁾	61.564,83	61.564,83
Menor salário ⁽¹⁾	3.386,59	3.243,35
Salário médio ⁽¹⁾	15.516,30	14.846,87

(1) Valores expressos em Reais.



16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Provisões para Demandas Fiscais, Cíveis e Trabalhistas – Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, a BB DTVM constitui provisão para demandas cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

Ações Fiscais

As demandas fiscais referem-se a procedimentos administrativos e judiciais iniciados, principalmente, pela Fazenda Nacional e Delegacia da Receita Federal, relativos a não retenção/recolhimento de tributos, e pelos municípios, que questionam a incidência de ISSQN sobre atividades da empresa.

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra a BB DTVM referem-se a pedidos de indenização em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a cobrança de diferenças de rendimentos.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.



Movimentações na provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	7.635	5.599	6.864
Constituição	--	2.165	547
Reversão de provisão	--	(309)	(299)
Baixa por pagamento	(1.851)	(1.851)	(2.011)
Atualização Monetária	191	371	498
Saldo Final	5.975	5.975	5.599
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	359	371	110
Constituição	190	190	594
Reversão de provisão	(283)	(304)	(342)
Baixa por pagamento	(13)	(13)	(4)
Atualização Monetária	7	16	13
Saldo Final	260	260	371
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	--	--	--
Constituição	241	241	--
Reversão de provisão	--	--	--
Baixa por pagamento	--	--	--
Atualização Monetária	2	2	--
Saldo Final	243	243	--
Total das Demandas	6.478	6.478	5.970

A administração da BB DTVM considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	3.208	212	237
Acima de 5 anos	2.767	48	6
Total	5.975	260	243

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas fiscais e cíveis classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais	244.532	179.022
Demandas cíveis	14.699	14.232
Total	259.231	193.254



d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais	59.253	56.578
Demandas cíveis	159	156
Total	59.412	56.734

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2018 e 31.12.2017 não havia registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.

17 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		593.150	1.150.561	1.033.067
Ganho/(Perda) não realizado sobre ativos financeiros disponíveis para venda	12.d	241	270	11
Efeitos tributários	12.d	(104)	(116)	(2)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		593.287	1.150.715	1.033.076

18 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A BB DTVM considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- a) Risco Operacional;
- b) Risco de Estratégia;
- c) Risco de Reputação;
- d) Segurança da Informação;
- e) Risco de Liquidez;
- f) Risco de Mercado;
- g) Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da empresa decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.



A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), fórum composto por Diretores.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk (VaR)* para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na BB DTVM, o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

b) Gerenciamento de Capital

É de responsabilidade do Controlador o gerenciamento de capital do conglomerado prudencial, no qual a BB DTVM está incluída, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros, Diretores e Acionista da

BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BB DTVM”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da BB DTVM, cuja apresentação não é requerida para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB DTVM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da BB DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BB DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 21 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do CA, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno.

Os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

O Comitê de Riscos e de Capital (Coris) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o CA e Diretoria da Empresa, auditorias interna e independente, auditoria independente dos fundos de investimento, reuniões internas, e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB DTVM.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, segurança, auditoria dos fundos de investimento e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Realizou reuniões periódicas com a Unidade para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais preocupações, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Conheceu os trabalhos realizados e acompanhou o cumprimento das recomendações emitidas.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

No período, avaliou seu planejamento, resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, principais assuntos de auditoria (PAA) e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis. Acompanhou o processo licitatório para contratação da empresa de auditoria independente.



VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela área de controles internos e conformidade da BB DTVM e, também, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador.

No período, o Comitê realizou reuniões com as áreas de primeira e de segunda linhas de defesa e com as auditorias interna e independente.

VIII. Exposição de risco

Avaliou e monitorou, em conjunto com o Coris, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos. No período realizou, conjuntamente com o Coris, reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital, de estratégias e governança.

IX. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos à data-base 31/12/2018.

X. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Coaud não vislumbrou necessidade de emitir recomendações no período e não há registro de recomendações pendentes de implementação de períodos anteriores.

XI. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b. a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c. a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- d. as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- e. as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2019.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. manifesta-se, nesta data, favorável quanto ao encaminhamento do Relatório da Administração e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria à Assembleia Geral para deliberação e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, recomenda a aprovação das contas da Diretoria referentes ao exercício de 2018.

Em 21 de fevereiro de 2019.

Márcio Hamilton Ferreira (Presidente)

João Pinto Rabelo Júnior (Vice-Presidente)

Bruno Nunes Sad

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Manoel Gimenes Ruy

Nélio Henriques Lima

Pricilla Maria Santana



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis – incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício – relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de fevereiro de 2019.

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)

Luiz Fernando Alves

Moisés de Sousa Carvalho Pereira



DIRETORIA

PRESIDENTE

Carlos José da Costa André

DIRETORES

Aroldo Salgado de Medeiros Filho

João Vagnes de Moura Silva

Marcelo Marques Pacheco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Hamilton Ferreira (Presidente)

João Pinto Rabelo Júnior (Vice-Presidente)

Bruno Nunes Sad

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Luiz Eduardo Carvalho Terra de Faria

Manoel Gimenes Ruy

Nélio Henriques Lima

Pricilla Maria Santana

CONSELHO FISCAL

Daniel de Araújo e Borges (Presidente)

Luiz Fernando Alves

Moisés de Sousa Carvalho Pereira

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia (Coordenador)

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017601/O-5

541.035.920-87